

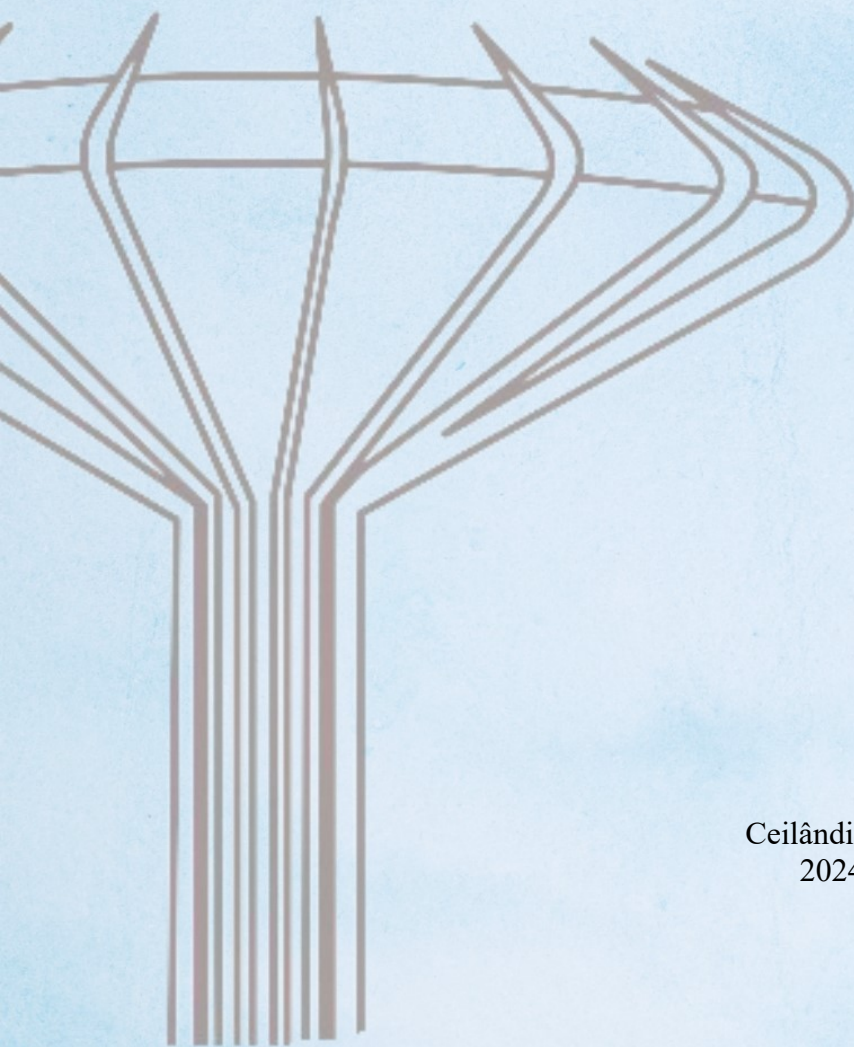


**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**  
Secretaria de Estado de Educação  
Coordenação Regional de Ensino de Ceilândia  
Centro de Ensino Fundamental 35 de Ceilândia



# **PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO**

**Centro de Ensino Fundamental 35 de Ceilândia  
(2024-2028)**



Ceilândia/DF  
2024

<b>EQUIPE GESTORA</b>	
Diretora	Karlla Lucyenne Lopes Alves - Matrícula: 244765-7
Vice-diretor	Carlos Henrique Monteiro de Oliveira – Matrícula: 228753-6
Secretário	Jônatas Evangelista Silva Sousa – Matrícula: 0253.289-1
Supervisora Pedagógica	Kelly Vieira Jardim – Matrícula: 229494-X

<b>EQUIPE DE COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA</b>	
Coordenador	Eriosvaldo da Silva Barbosa – Matrícula: 207841-4
Coordenador	Joel da Cruz dos Reis – Matrícula: 246404-7
Coordenador	Tiago Ribeiro Alves – Matrícula: 24657-44

<b>CONSELHO ESCOLAR</b>	
Presidente	Eriosvaldo da Silva Barbosa
Vice-presidente	Sandra Alves da Cruz Moraes
Secretário	Vacância
Relator	Vacância
Segmento carreira magistério	Eriosvaldo da Silva Barbosa
Segmento carreira magistério	Sandra Alves da Cruz Moraes
Segmento pais	Vacância
Segmento pais	Vacância
Segmento carreira assistência	Vacância
Segmento carreira assistência	Vacância
	Karlla Lucyenne Lopes Alves (membro nato)

<b>EQUIPE ORGANIZADORA</b>	
Diretora	Karlla Lucyenne Lopes Alves
Vice-diretor	Carlos Henrique Monteiro de Oliveira
Supervisora Pedagógica	Kelly Vieira Jardim
Coordenador local	Eriosvaldo da Silva Barbosa
Coordenador local	Joel da Cruz dos Reis
Coordenador local	Tiago Ribeiro Alves
Secretário	Jônatas Evangelista Silva Sousa
Orientador educacional	Eliane Gonçalves Godinho
Pedagoga	Angélica Costa Gomides
Professora	Sandra Alves da Cruz Moraes

*“As palavras só têm sentido se nos ajudam a ver o mundo melhor. Aprendemos  
palavras para melhorar os olhos.”  
Rubem Alves.*

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>IDENTIFICAÇÃO .....</b>	<b>5</b>
1.1	Dados da mantenedora.....	5
1.2	Dados da Instituição .....	5
<b>2</b>	<b>APRESENTAÇÃO .....</b>	<b>6</b>
<b>3</b>	<b>HISTÓRICO DA UNIDADE ESCOLAR .....</b>	<b>8</b>
3.1	Constituição Histórica e Atos de Regulação da Instituição Educacional.....	10
3.2	Caracterização Física .....	10
<b>4</b>	<b>DIAGNÓSTICO DA REALIDADE .....</b>	<b>12</b>
4.1	Dados de matrícula.....	12
4.2	Sistema de Avaliação da Educação Básica - SAEB .....	13
4.2.1	Séries históricas .....	13
4.2.2	Desempenho e Meta Saeb/DF .....	14
4.3	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB .....	14
<b>5</b>	<b>MISSÃO, VISÃO E VALORES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO .....</b>	<b>15</b>
<b>6</b>	<b>FUNÇÃO SOCIAL E MISSÃO DA UNIDADE ESCOLAR .....</b>	<b>16</b>
<b>7</b>	<b>PRINCÍPIOS ORIENTADORES DAS PRÁTICAS EDUCATIVAS .....</b>	<b>19</b>
<b>8</b>	<b>OBJETIVOS E METAS DA UNIDADE ESCOLAR.....</b>	<b>23</b>
8.1	Objetivos Gerais e Específicos.....	23
<b>9</b>	<b>FUNDAMENTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS NORTEADORES DA PRÁTICA EDUCATIVA.....</b>	<b>30</b>
<b>10</b>	<b>ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO DA ESCOLA .....</b>	<b>31</b>
<b>11</b>	<b>ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DA UNIDADE ESCOLAR.....</b>	<b>81</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>83</b>

## 1 IDENTIFICAÇÃO

### 1.1 Dados da mantenedora

**Mantenedora: SEE-DF**

**CGC 00.394.679/0001-07**

**Endereço: SCN Q 6 Shopping ID – Setor Comercial Norte, Edifício Venâncio 3000 - Brasília - DF, 70297-400**

**Telefone/Fax/e-mail: (61) 3901-3185**

**Data de Fundação 1ª escola: EC JK Candangolândia em 12/09/57**

**Fusão FEDF/SEE: 13/07/2000**

**Secretária de Educação em 2024: Hélvia Miridan Paranaguá Fraga**

### 1.2 Dados da Instituição

**Nome da Instituição Escolar**

<b>Código da IE</b>	53007689
<b>Endereço completo</b>	EQNN 01/03
<b>CEP</b>	72225-520
<b>Telefone</b>	61 3410-9391
<b>E-mail</b>	Cef35@creceilandia.com
<b>Data de criação da IE</b>	11 de abril de 2013
<b>Turno de funcionamento</b>	Integral
<b>Nível de ensino ofertado</b>	Educação Básica
<b>Etapas e modalidades</b>	Ensino Fundamental Anos Iniciais

## 2 APRESENTAÇÃO

A proposta de reformulação do PPP foi realizada no início de 2024 com a participação dos servidores da escola e da comunidade escolar. Foi garantida a participação da comunidade escolar pelo preenchimento de questionários e pesquisas.

O Projeto Político Pedagógico (PPP) é uma ferramenta de planejamento, orientação e construção de diretrizes para a atividade pedagógica deste estabelecimento de ensino. Aqui estão expostos, além de referenciais pedagógicos e operacionais, a nossa concepção de um processo educacional comprometido com a formação integral do educando, bem como o nosso olhar sobre os desafios que devem ser transpostos na busca de uma educação com qualidade.

O PPP do CEF 35 vem sendo construído de maneira coletiva e ininterrupta, de modo a conhecer a comunidade em si e os agentes envolvidos, dos pontos de vista geográfico, social, histórico e cultural, propondo novos caminhos para uma escola comprometida com a formação e exercício da cidadania. Todas as questões que envolvem o fazer pedagógico e suas relações com o currículo, conhecimento e com a função social da escola, obrigam um pensar e uma reflexão contínua de todos os envolvidos nesse processo.

Este documento é o resultado de um esforço conjunto de profissionais da educação desta Unidade Escolar, estudantes e pais, que diretamente ou indiretamente contribuíram para situações que fomentaram discussões, propostas e registros de ações a serem desenvolvidas com vistas a alcançar os objetivos coletivamente traçados. As diretrizes delineadas servirão como orientadoras da nossa prática. É esta construção coletiva, de um estilo próprio baseado na reflexão e seriedade, o único caminho possível para a conquista dos objetivos desejados.

Utilizando-nos de reuniões coletivas, tais como coordenação pedagógica, prestação de contas e reuniões de pais e mestres, foi possível estudar a realidade da comunidade, diagnosticar e refletir sobre as ações aqui apresentadas. Com questionários aplicados aos pais, aos estudantes e aos funcionários, pudemos avaliar as reais necessidades e anseios da comunidade escolar, baseando-nos neles para sugerir e apresentar as propostas de temas a serem trabalhados em projetos específicos.

A partir das atividades docentes desenvolvidas e em experiências de sucesso pedagógico, discutimos sobre o papel do professor, a responsabilidade social da escola e, principalmente, sobre o protagonismo estudantil. Sem dúvida essas discussões trouxeram crescimento e aprendizagem, servindo de importante instrumento para a construção da proposta aqui apresentada.

Além dos recursos já mencionados, esse PPP também se encontra pautado na perspectiva apresentada pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica e na Lei de Diretrizes e Bases da educação Nacional 9.394/96 – LDB, respeitando as normas e propostas do sistema de ensino do Distrito Federal, dentro dos preceitos da Gestão Democrática e dos Ciclos para as Aprendizagens.

### 3 HISTÓRICO DA UNIDADE ESCOLAR

O Centro de Ensino Fundamental 35 de Ceilândia (CEF 35), está situado na EQNN 01/03 da Ceilândia Norte. Foi construída no ano de 1972 e intitulava-se Escola Classe 07. Sua primeira diretora foi a Sra. Elzenir Cavalcante dos Santos, que assumiu a direção aos vinte e sete dias do mês de fevereiro do referido ano. Neste período, atendia os alunos dos primeiros anos do ensino fundamental (1ª a 4ª séries).

Em primeiro de janeiro de 1977, esta escola passou a designar-se Escola Classe 07 de Ceilândia do Complexo “A”, assumindo a direção a professora Célia Maria Marçal Miranda.

Em primeiro de agosto de 1978, assumiu a direção a professora Maria Ivone de Oliveira, quando a escola passou a chamar-se Escola Classe 07 de Ceilândia do Complexo “C” da FEDF.

Em vinte e oito de março de 1984, o professor José Augusto Pereira de Holanda Neto, assume a direção da então Escola Classe 07 de Ceilândia (EC 07). A EC 07 de Ceilândia sempre atendeu os alunos da primeira etapa do Ensino Fundamental, mas em alguns anos também ofertou as 5ª e 6ª séries dos anos finais.

No dia 11 de abril de 2013, por determinação da portaria nº 89 de 10/04/2013, DODF nº74 de 2013, a escola passou a denominar-se Centro de Ensino Fundamental 35 de Ceilândia e gradativamente, a atender somente alunos da etapa final do Ensino Fundamental. A partir de 2018, o CEF 35 restringiu-se aos anos finais do Ensino Fundamental.

Em Assembléia Geral Escolar Ordinária (AGEO), realizada em 19/02/2023, oficializou o interesse da Comunidade Escolar no projeto de implantação da modalidade de Educação em Tempo Integral a partir do ano letivo de 2024, em substituição à modalidade regular, apresentando-o para análise, apreciação e aprovação por parte das instâncias pedagógicas e administrativas as quais está subordinada, a saber, a Unidade Regional de Educação Básica de Ceilândia (UNIEB/CREC), a Unidade Regional de Planejamento Educacional e Tecnologias na Educação de Ceilândia (UNIPLAT/CREC), a Subsecretaria de Educação Inclusiva e Integral (SUBIN) e a Subsecretaria de Educação Básica (SUBEB), suas respectivas gerências, com o intuito de definição do projeto para viabilizar a Estratégia de Matrícula para o ano de 2024, e ajustes operacionais relacionados à gestão de pessoas (modulação, concurso de remanejamento, entre outros).

A comunidade atendida por esta Unidade de Ensino apresenta diversos problemas socioeconômicos, os quais têm contribuído para problemas educacionais observados na



escola. Dentre esses destacamos a falta de assistência efetiva dos responsáveis (alguns sequer vêm à escola durante a reunião de pais ou quando solicitado), atribuída ao fato de que muitos trabalham fora e não conseguem dar o devido acompanhamento.

No que diz respeito aos índices da escola, ressaltamos que em 2020, assim como todas as unidades de ensino do DF, enfrentaram uma realidade até então nunca vivenciada por essa geração: a pandemia do COVID-19. Como enfrentamento dessa pandemia, toda a sociedade mundial adotou medidas de isolamento social, em diferentes graus de adesão e efetividade, com a suspensão de atividades que promovessem aglomerações e possível disseminação do Coronavírus. Nessa realidade, foram adotadas medidas de atendimento remoto aos alunos da rede pública do DF e o CEF 35 de Ceilândia procurou se adequar e aprimorar nessa nova modalidade de ensino, objetivando oferecer a melhor condição possível para aprendizagem, dentre elas, a não retenção dos alunos independente do ano, exceto da taxa de reprovação ficou em torno de 4,9% do total de estudantes.

Para 2024 esperamos um número menor de retenções, haja vista os projetos, as estratégias e as intervenções pedagógicas traçados para o período.

Salientamos que, no ano de 2017, houve uma alta taxa de alunos com distorção idade/série. Portanto, foi necessário abrir quatro turmas do Programa de Avanço das Aprendizagens Escolares (PAAE). Em 2018 houve uma diminuição dos alunos com distorção idade/série não formando turma de PAAE. Nos anos de 2019, 2020, 2021, 2022 e 2023 também não foi necessária a formação dessas turmas.

A escola atende os anos finais do Ensino Fundamental. Atualmente há 12 turmas no período de Educação em Tempo Integral, sendo quatro de 6º ano, quatro de 7º ano, duas de 8º ano e duas de 9º ano.

Fica situada na EQNN 01/03, área de grande criminalidade, o que reflete no ambiente escolar. Grande parte das famílias não possui casa própria na região e fica em constante mudança de endereço, o que leva a uma alta rotatividade de alunos (muitos não ficam na escola pelos quatro anos finais), além da resistência de diversas famílias dos estudantes das escolas sequenciais em trazer seus filhos, devido ao alto índice da criminalidade, vulnerabilidade social e disputa territorial do tráfico de drogas nas imediações da escola.

A comunidade atendida, em geral, apresenta problemas como risco social, falta de esclarecimento sobre o sistema e a estrutura de ensino, pouca participação nos projetos e atividades da escola, é comum alunos com necessidades afetivas, as quais influenciam diretamente na aprendizagem e motivação. Percebe-se ainda que a maioria das famílias têm dificuldades em lidar com problemas relacionados às diversas necessidades das crianças e

adolescentes, muitas vezes recorrendo ao apoio da escola para resolver questões de comportamento e desenvolvimento dos filhos. Muitos desses responsáveis assumem ser pouco participativos na vida escolar dos filhos por falta de tempo.

### **3.1 Constituição Histórica e Atos de Regulação da Instituição Educacional**

Centro de Ensino Fundamental 35 de Ceilândia

RA IX - Ceilândia

Endereço: EQNN 1/3 Área Especial S/N

Bairro: Ceilândia Norte

Município: Brasília

Estado: Distrito Federal

CEP: 72.225-015

Telefone: (61) 3410-9391

E-mail: cef35.ceilandia@edu.se.df.gov.br

Coordenação: cef35ceilandia@gmail.com

Pedagógico: cef35pedagogico@gmai.com

Localização/Zona: Urbana/periferia de Brasília

Modalidade atual: anos finais – 11 de abril de 2013, por determinação da portaria nº 89 de 10/04/2013, DODF nº74 de 2013

Portaria de autorização/credenciamento (INEP): Nº 53007689

Diretora: Karlla Lucyenne Lopes Alves - Matrícula: 244765-7

Vice-Diretor: Carlos Henrique Monteiro de Oliveira – Matrícula: 228753-6 5

### **3.2 Caracterização Física**

É uma escola de grande porte com aproximadamente de 72 funcionários, 15 salas de aula, uma sala de vídeo, uma biblioteca, um laboratório de informática, duas salas para equipe de atendimento pedagógico (AEE e SEAA), uma sala de atendimento aos alunos DV, uma sala dos professores, uma sala de coordenação, uma sala de orientação educacional, uma sala de servidores, uma secretaria, uma sala de direção, uma cantina, um pátio descoberto, uma sala de mecanografia, dois banheiros para alunos, dois banheiros para funcionários, dois depósitos, um pátio coberto onde ficam os bebedouros, mesas e bancos para as refeições, uma quadra de esportes coberta, um espaço para recreação, e estacionamento interno pavimentado e guarita para os agentes de vigilância.

A escola apresenta falta de mobiliário adequado para atender confortavelmente alunos, professores e funcionários. As mesas e cadeiras das salas de aula não são suficientes, e algumas apresentam avarias. Falta um auditório, espaço ideal para apresentações e reuniões

## 4 DIAGNÓSTICO DA REALIDADE

### 4.1 Dados de matrícula

	2016		2017		2018	
	Quantidade	Quantidade	Quantidade	%	Quantidade	%
<b>Aprovação</b>	625	88,02%	615	80,92%	546	91,9%
<b>Reprovação</b>	75	2,11%	135	17,77%	35	5,8%
<b>Abandono</b>	10	1,4%	10	1,31%	13	2,2%
<b>Total</b>	710		760		594	

	2019		2020		2021	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
<b>Aprovação</b>	509	92,88	476	93,7%	509	92,88%
<b>Reprovação</b>	27	4,92	32	6,3%	27	4,9%
<b>Abandono</b>	12	2,18	0	0%	12	2,1%
<b>Total</b>	548		508		548	

	2022	
	Quantidade	%
<b>Aprovação</b>	350	80,45%
<b>Reprovação</b>	85	19,55%
<b>Abandono</b>	0	0%
<b>Total</b>	435	

	2023	
	Quantidade	%
<b>Aprovação</b>	330	79,51%

<b>Reprovação</b>	50	12,04%
<b>Abandono</b>	35	8,43%
<b>Total</b>	415	

<b>Taxa de Aprovação</b>					
<b>Ano</b>	6º	7º	8º	9º	<i>Pi</i>
<b>2015</b>	73,4	75,6	92,5	92,3	0,82

<b>Prova Brasil</b>				
Matemática		Língua Portuguesa		<i>Pi</i>
<b>Proficiência Média</b>	<b>Proficiência Padronizada</b>	<b>Proficiência Média</b>	<b>Proficiência Padronizada</b>	
250,2	5,0	255,7	5,2	,10

## 4.2 Sistema de Avaliação da Educação Básica - SAEB

### 4.2.1 Séries históricas

**Evolução nota SAEB**



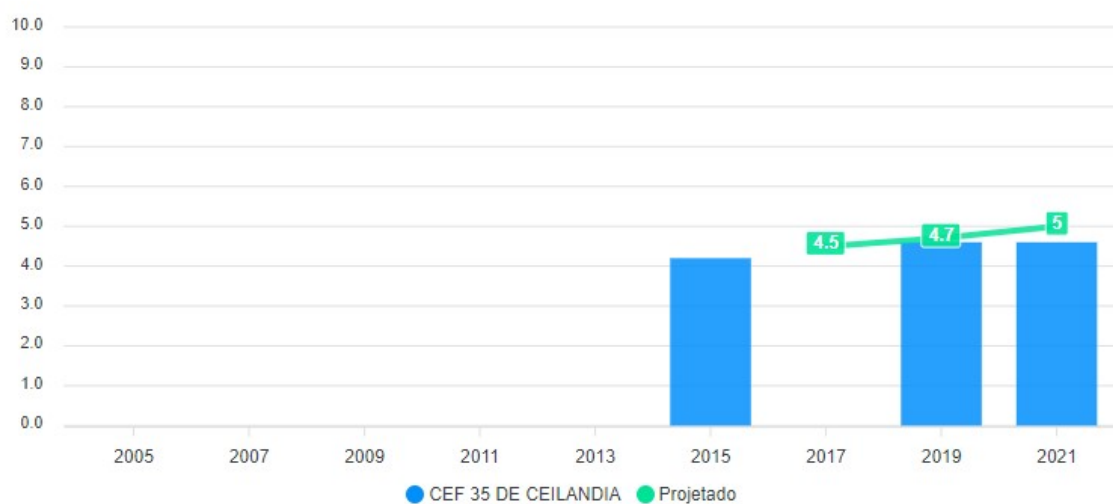
Fonte: IDEB 2021, INEP.

#### 4.2.2 Desempenho e Meta Saeb/DF

A unidade escolar não teve quorum suficiente para a aplicação do SAEB em 2021.

#### 4.3 Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB

##### Evolução do IDEB



Fonte: IDEB 2021, INEP.

## 5 MISSÃO, VISÃO E VALORES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

---

<b>Missão</b>	<b>Promover educação pública de excelência, gratuita, inclusiva, universal e inovadora, de modo a preparar o estudante para o exercício da cidadania e qualificá-lo para a reflexão crítica e para o mundo do trabalho, e a contribuir para o desenvolvimento integral da sociedade.</b>
<b>Visão</b>	Ser protagonista na transformação social por meio da oferta educacional de excelência.
<b>Valores</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Democratização: acesso igualitário e justo à educação para todos.</li><li>• Equidade: suporte para desenvolver potencial e promover inclusão.</li><li>• Excelência: ensino de alta qualidade com padrões elevados.</li><li>• Inovação: novas abordagens para melhorar o ensino.</li><li>• Integridade: transparência e ética nas ações.</li><li>• Sustentabilidade: educação que respeita o meio ambiente e o futuro.</li><li>• Valorização do servidor: reconhecimento e apoio aos profissionais da educação.</li></ul>

---

Fonte: <https://www.educacao.df.gov.br/sobre-a-secretaria-estrutura/>

## 6 FUNÇÃO SOCIAL E MISSÃO DA UNIDADE ESCOLAR

Uma das mais importantes finalidades da escola é a formação de cidadãos. Nesse sentido, vê-se que escola e família têm objetivos comuns em relação à educação. Elas atuam em conjunto para ajudar os estudantes a se tornarem cidadãos críticos, éticos, profissionalmente competentes e entendedores da pluralidade social na qual estão inseridos. Cada uma dessas instituições reforça aprendizagens significativas, que surgem das experiências e das responsabilidades que lhes são intrínsecas. Tanto a Constituição Federal como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB estabelecem que:

A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1996, art.2º)

O cidadão pleno é aquele que consegue exercer, de forma integral, os direitos inerentes à sua condição. A cidadania plena passa a ser, desse modo, um ponto de referência para a permanente mobilização dos sujeitos sociais.

Assim, nosso maior desafio vem sendo promover a integração entre a escola e a comunidade por meio de projetos específicos, que garantam a participação efetiva desta no cotidiano escolar. Essa integração contribui não só para a solidificação de um trabalho coletivo entre a escola e a comunidade, mas também expande o entendimento de auto responsabilidade dos atores do processo de formação individual e colabora para o amplo exercício da cidadania.

Temos uma comunidade com problemas socioeconômicos e, conforme já exposto, alguns de nossos alunos não são efetivamente assistidos por seus responsáveis, gerando assim problemas de autoestima, evidenciados pela falta de sonhos e perspectivas futuras. Verifica-se também o processo de personalização e competitividade, o qual também está inserido nas famílias, fazendo com que as aspirações e realizações individuais estejam fortemente vinculadas ao consumismo, ao “ter”. Isso causa grande frustração na maioria dos adolescentes atendidos. A necessidade de afirmação social por meio do consumo predatório é uma das grandes preocupações dessa Unidade de Ensino. Buscamos, então, uma reflexão-ação que articule todas as áreas e aspectos da vida, as múltiplas dimensões do próprio ser, numa tentativa de mudar as relações humanas, sociais e ambientais que temos hoje.



Na perspectiva de compreensão do homem como multidimensional, a educação deveres pondera uma multiplicidade de exigências do próprio indivíduo e do contexto em que vive. Assim, a educação integral deve ter objetivos que construam relações na direção do aperfeiçoamento humano.

{...} A educação, como constituinte do processo de humanização, que se expressa por meio de mediações, assume papel central na organização da convivência do humano em suas relações e interações, matéria primada constituição da vida pessoal e social (GUARA, 2006, P.16)

A educação que ofertamos busca articular parcerias entre a escola, comunidade, movimentos sociais e artísticos, comércio local, associações, clubes e o poder público para a construção de um projeto o qual tenha como referência a justiça social. Entende-se a importância da participação de todos esses setores e agentes na constituição da integralidade do sujeito, partindo de sua realidade, conectando saberes e interferindo de forma crítica e racional na transformação da própria realidade.

A educação é uma prática social, que une os homens entre si em torno do direito de aprender e da conquista da cidadania. A escola, instituição formal de educação, muitas vezes o equipamento público mais próximo da comunidade, é chamada a desempenhar intensivamente um conjunto de funções. Essa instituição é vê como educadora, mas também como “protetora” e isso tem provocado debates acerca não só de sua especificidade, mas também dos novos atores sociais que buscam apoiá-la no exercício dessas novas funções e dos movimentos e organizações que igualmente buscam a companhia dessa instituição escolar para constituí-la e, talvez, ressignificá-la. (Currículo em Movimento: Pressupostos Teóricos, SEEDF, 2014, p.10).

A escola é o lugar de encontros de pessoas, origens, crenças e valores diferentes, o que implica acolher e reconhecer as singularidades dos indivíduos. Desse modo, como espaço de aprendizagem e de democracia inclusiva, buscamos nos fortalecer nas práticas de não discriminação, não preconceito e respeito às diferenças, assumindo uma visão integral, plural e singular dos indivíduos. Mais do que ofertar aos sujeitos a possibilidade de apropriar-se do conhecimento historicamente produzido, promovemos o desenvolvimento de competências as quais possibilitem aos indivíduos compreender e acolher a diversidade e atuar sobre sua realidade.

No novo cenário mundial, reconhecer-se em seu contexto histórico e cultural, comunicar-se, ser criativo, analítico-crítico, participativo, aberto ao novo, colaborativo, resiliente, produtivo e responsável requer muito mais do que o acúmulo de informações.

Requer o desenvolvimento de competências para aprender a aprender, saber lidar com a informação cada vez mais disponível, atuar com discernimento e responsabilidade nos contextos das culturas digitais, aplicar conhecimentos para resolver problemas, ter autonomia para tomar decisões, ser proativo para identificar os dados de uma situação e buscar soluções, conviver e aprender com as diferenças e as diversidades. (BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR, 2018, p.14)

Coerente com os fundamentos da Psicologia Histórico-cultural de Vygostky e Pedagogia Histórico-crítica, o homem é compreendido como um ser que aprende e se constrói em interação com o meio social e natural o qual o cerca. Sendo assim, a escola e todos os seus atores são convocados a juntos, pensar e fazer educação por meio da imersão constante na vida diária e seus acontecimentos, considerando a não-neutralidade que caracteriza nossa atuação nas diferentes situações as quais envolvem a existência humana.

As políticas educacionais corroboram com a democratização do ensino quando da elaboração do Plano Distrital de Educação, do Currículo em Movimento e da Base Nacional Comum Curricular, onde são considerados os aspectos necessários ao desenvolvimento individual e social do educando em um contexto em que a educação para democracia se faz imprescindível na formação do aluno plural. O acolhimento ao estudante é também ação colaborativa entre família e escola, sobretudo quando a formação educacional se dá em regime integral, onde os alunos permanecem dez horas do seu dia na escola.

Assim, ao construir as Diretrizes Pedagógicas da Educação em Tempo Integral, a Portaria nº 1 de 27/11/2009 dispõe que:

[...] em uma escola de tempo integral e não em uma escola dividida em dois turnos, todas as atividades são entendidas como educativas e curriculares. Diferentes atividades – esportivas e de lazer, culturais, artísticas, de comunicação, de educação ambiental, de inclusão digital, entre outras – não são consideradas extracurriculares ou extraclases, pois fazem parte de um projeto curricular transversal que oferece oportunidades para aprendizagens significativas e prazerosas (p.21).

O estudante permanecendo dez horas do seu dia dentro da escola, recebendo a educação e alimentação necessária ao seu desenvolvimento individual e social, representa também, para seus familiares, um conforto refletido na tranquilidade de poderem ir trabalhar sabendo que seus filhos estão protegidos dos riscos que, em geral, a rua pode oferecer. Portanto, o papel social exercido pela escola na vida dos alunos e de sua família é reconhecidamente de suma importância.

## 7 PRINCÍPIOS ORIENTADORES DAS PRÁTICAS EDUCATIVAS

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9394/96, põe em questão a construção do Plano de Trabalho de Gestão, no sentido de reconhecer a capacidade da escola de planejar e organizar sua ação política e pedagógica a partir da gestão participativa em todos os segmentos da comunidade escolar (corpo técnico-administrativo, docentes, alunos, pais e comunidade), num processo dinâmico e articulado. BRITO (1997) se refere a essa questão dizendo que: a elaboração do plano de gestão não deve ser visto apenas como um instrumento burocrático para satisfazer uma exigência legal, mas também visa dar um novo significado à vida e à atuação da escola, na medida em que essa construção se dá com base da necessidade de estruturar propostas que norteiam as práticas educacionais.

A Proposta Pedagógica deverá emergir do todo, dentro de uma visão contextualizada do processo educativo sustentado teoricamente, fundamentando a prática docente.

Com a introdução do terceiro ciclo para as aprendizagens, a escola reforça sua base teórico-metodológica sustentada na Psicologia Histórico-Cultural e na Pedagogia Histórico-Crítica. A partir delas, o homem é compreendido como um ser que aprende e se constrói e na interação com o meio social e natural que o cerca.

Construímos uma Proposta Pedagógica na qual o currículo, em primeiro lugar, não esteja separado da totalidade do social, mas que se encontre historicamente situado e culturalmente denominado. A escola é o espaço destinado à socialização do saber sistematizado, saber que tem caráter permanente e que resiste ao tempo.

Os princípios que nortearão nossa escola serão: qualidade da educação; atendimento à diversidade; gestão compartilhada; autonomia; valorização profissional e promoção da paz.

Além desses princípios que são básicos, somam-se a eles outros como: sensibilidade, respeito, ética, criticidade, flexibilidade do currículo, interação, unicidade entre teoria-prática, interdisciplinaridade e contextualização e solidariedade. Defende-se um currículo integrado, pautado na integração das diferentes áreas do conhecimento e experiências, com vistas à compreensão crítica e reflexiva da realidade.

Os estudantes constituem-se a partir de sua integralidade afetiva, cognitiva, física, social, histórica, ética, estética. Por isso, a educação integral perpassa todas as etapas e modalidades da educação básica, valorizando o diálogo entre os saberes formais e os saberes socialmente construídos para que juntos adquiram sentido e sirvam como agentes de mudança do ser e da sociedade em que eles estão inseridos.

Entendemos que a escola assim estruturada respeitará as fases de desenvolvimento da infância e da pré-adolescência.

Um dos conteúdos culturais que precisa ser apropriado pelas novas gerações, por meio do processo educativo, é o “querer aprender”. A escola não pode renunciar à tarefa de levar o educando a isso. Ensinar a geração atual, cujos interesses voltam-se para o imediatismo e o acesso à internet, é um dos grandes desafios que enfrentamos hoje. A falta de acompanhamento da família neste contexto corrobora para esta realidade.

Destacamos a importância da participação da comunidade na escola, pois dificilmente conseguiremos alguma mudança sem o apoio dos pais e/ou responsáveis. Fazer dos estudantes sujeitos da aprendizagem e trazer a comunidade para a escola é respeitar o direito do cidadão do educando.

Pensar na qualidade da educação traz a necessidade de considerar as condições objetivas para que isso se dê: verbas suficientes, instalações adequadas, materiais e estruturas de trabalho, além da formação e instrumentalização do professor. É preciso lembrar-se também das condições subjetivas: o entendimento de que todas as pessoas podem aprender e têm direito à educação; de que a avaliação é um instrumento para o professor rever sua prática; além do entendimento de que o estudante é sujeito da educação.

O grande orientador do trabalho da escola é a sua Proposta Pedagógica, que define as linhas da atuação, os objetivos e as metas que se pretendem alcançar no decorrer do ano letivo.

Os planejamentos, planos de curso e de ação dos profissionais de educação são também importantes para a obtenção de qualidade no trabalho escolar, uma vez que representam o cerne da sua atuação. Nestes se encontram os objetivos que se pretendem alcançar; os conteúdos propostos para isso; quais atividades devem ser desenvolvidas; quais metodologias adotar; e como se dará a avaliação. Dessa maneira, faremos uma efetiva reflexão sobre a totalidade de nossa atuação pedagógica, a fim de que os estudantes se apropriem efetivamente do conhecimento e se desenvolvam plenamente.

A legislação e todas as medidas implantadas, porém, não surtirão efeitos em uma formação continuada do professor, seu compromisso com a aprendizagem efetivados estudantes e sua predisposição para a mudança.

Melhorar a qualidade da educação implica melhorar os processos de ensino e aprendizagem que ocorrem nas salas de aula; introduzir mudanças não somente naquilo que é ensinado e aprendido, mas também na forma como se ensina e como se aprende.

Precisamos ainda trabalhar as relações dentro da escola, dessa com a comunidade e de ambas com todo o sistema de educação. Esse trabalho deve ocorrer no sentido de aprimorar a gestão, levando-a a decisões que representam escolhas democráticas; de praticar a autonomia responsável; e de investir esforços para a inclusão de todos, como forma de atendimento dos direitos de todos os cidadãos e de efetiva contribuição para a sua formação.

Com a inclusão do terceiro ciclo para as aprendizagens, ressalta-se a avaliação voltada para o ensino-aprendizagem cuja finalidade reside em auxiliar, ao invés de punir ou coletar dados. O compromisso é com o processo e não somente com o resultado. Ademais, a avaliação formativa demanda acompanhamento sistemático do desempenho dos estudantes, sendo realizada permanentemente.

Há, portanto, toda uma dinâmica de mudanças necessárias no sentido de conseguir a qualidade do processo ensino-aprendizagem: formação dos profissionais da educação, materiais didáticos e curriculares bons equipamentos e instalações adequadas. Visamos aprimorar a organização escolar por meio de avaliações periódicas feitas em todos os setores, inclusive nos serviços de apoio, garantindo a flexibilidade na unidade escolar em suas escolhas.

Nosso trabalho se fundamenta na concepção de que o espaço das coordenações pedagógicas é fundamental para o planejamento, aquisição de novos conhecimentos e construção coletiva. Seguindo as orientações da Lei nº 5.105/2013, a escola compreende a necessidade de um tempo específico para o planejamento das atividades docentes, bem como a constante capacitação do professor, inserido numa realidade dinâmica de conhecimentos diversos.

A Educação Integral idealizada por Anísio Teixeira nas décadas de 1940/1950 e por Darcy Ribeiro na década de 1980, os quais vislumbraram um país efetivamente educado e democrático, está contemplada na legislação brasileira, por intermédio da Lei nº 9.394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional / LDBN que, em seu artigo 34 prevê a perspectiva de Educação Integral em Tempo Integral: “A jornada escolar no Ensino Fundamental incluirá pelo menos quatro horas de trabalho efetivo em sala de aula, sendo progressivamente ampliado o período de permanência na escola. [...]”

§2º. O ensino fundamental será ministrado progressivamente em tempo integral, a critério dos sistemas de ensino”. Inclusive, a proposta para o Plano Nacional de Educação decênio 2011-2020 tem como Meta de número 6, “oferecer educação em tempo integral em 50% das escolas públicas de educação básica”. A Educação Integral está alicerçada sobre a ampliação de três eixos estruturantes: tempo, espaço e oportunidades. No entanto, para ser

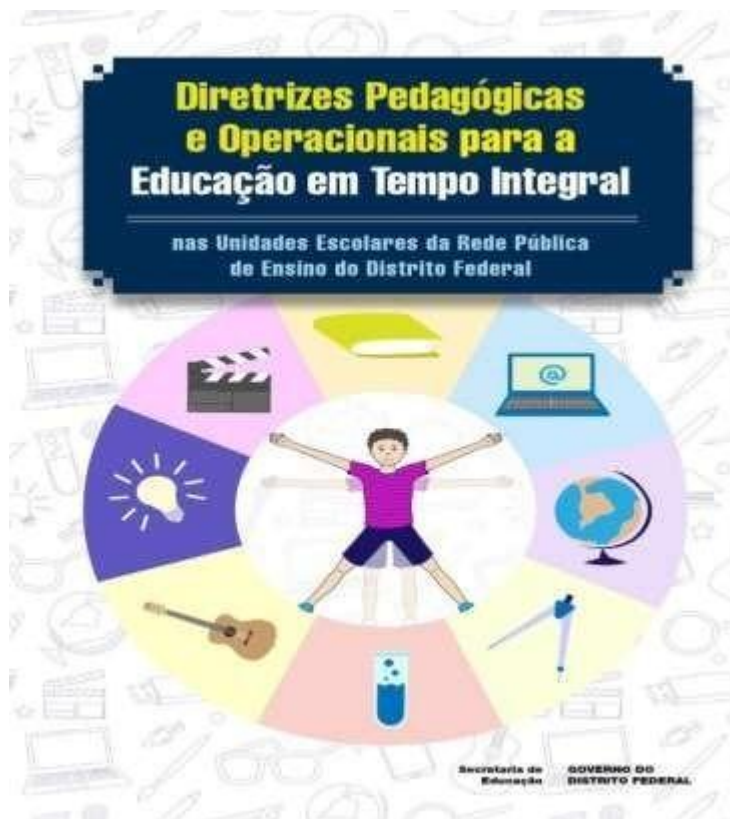
possível vencer esse desafio será necessária a união de esforços, experiências e saberes formados pelos diversos atores sociais. Anísio Teixeira afirma que a escola é um espaço de múltiplas funções e de convívio social, que busca o desenvolvimento integral do ser humano.

## **PRINCÍPIOS DA EDUCAÇÃO INTEGRAL**

Os princípios norteadores da Educação Integral nas escolas públicas do Distrito Federal são:

- a integralidade que busca dar a devida atenção aos estudantes em diferentes aspectos, como: cognitivos, afetivos, psicomotores e sociais;
- a intersectorialização que busca utilizar de políticas públicas de diferentes órgãos articulados para contribuir de forma efetiva para a melhoria da qualidade da educação;
- a transversalidade que traduz as muitas formas de ensinar vinculando as aprendizagens aos interesses e saberes empíricos dos alunos;
- o diálogo escola-comunidade em torno do qual os estudantes se coadunam;
- a territorialidade haja vista que o diálogo acima pode acontecer no âmbito da própria escola ou mesmo em outros espaços da comunidade como clubes, quadras comunitárias, praças etc.;
- o trabalho em rede que se dá pela troca de experiências entre os diversos atores oportunizando aos estudantes diferentes conhecimentos; e
- a convivência escolar negociada onde os acordos e combinados abrem espaço para todos na escola.

O projeto de Educação Integral orienta-se pelos referenciais da Pedagogia Histórico-Crítica e da Psicologia Histórico-Cultural, opção teórico-metodológica que se assenta em inúmeros fatores, sendo a realidade da população um deles. Isso porque o Currículo escolar não pode desconsiderar o contexto social, econômico e cultural dos estudantes. Este contexto deve ser subsidiado pelas Diretrizes da Educação Integral do Distrito Federal.



## 8 OBJETIVOS E METAS DA UNIDADE ESCOLAR

### 8.1 Objetivos Gerais e Específicos

- a. Oferecer uma educação de qualidade, gratuita e em tempo integral, associada à assistência social de combate à insegurança alimentar, cultural e digital.
- b. Implantar projeto de ampliação de carga horária de estudos e permanência na escola de 5 horas para 10 horas;
- c. Promover educação inclusiva aos estudantes com necessidades educacionais especiais, por meio de atividades diferenciadas para que estas tenham os seus direitos garantidos.
- d. Promover momentos de convivência que busquem a integração e o alcance do equilíbrio entre todos os alunos e demais segmentos desta unidade de ensino;

#### METAS:

1. Cumprir com a legislação educacional vigente que orienta a implantação da educação integral pública conforme expresso diretamente ou indiretamente nos textos legais que abordam o tema, como a constituição Federal (1988), Lei de Diretrizes e Bases da

Educação (1996), o Plano Nacional de Educação 2014-2024 e o Plano Distrital de Educação 2015-2024;

2. Redução, no decorrer do ano de 2024, do número de discentes retidos e evadidos, mantendo a taxa de alunos evadidos e reprovados inferior a 10% do total de alunos;

3. Elevar a qualidade do ensino e da aprendizagem, propondo atividades a serem realizadas durante todo ano letivo, inclusive intervenções pedagógicas no turno contrário quando necessário;

4. Unificar o trabalho dos professores do mesmo ano/etapa. Tal posicionamento terá início na Semana Pedagógica prosseguindo nas reuniões coletivas semanais;

5. Realizar confraternizações que envolvam todos os funcionários no início, meio e fim do ano letivo, dando condição para uma convivência fraterna e de respeito mútuo no espaço escolar;

6. Incentivar o respeito ao "próximo", em seus bens materiais e morais, despertando na criança diariamente valores que os tornem cidadãos plenos, através dos projetos da escola;

7. Buscar parcerias com a iniciativa privada, o comércio local e outras entidades sempre que necessário;

8. Criar formulário de avaliação da instituição a ser respondido nas reuniões bimestrais por pais e/ou responsáveis e funcionários da escola, levando em conta os aspectos sociais, pedagógicos e de organização da escola. Meta para 2023;

9. Dar suporte para os alunos desenvolverem atividades em “intervalos dirigidos”;

10. Oferecer educação em tempo integral de forma a atender 100% dos alunos para o ano de 2024.

<b>Dimensão 1- Gestão das Aprendizagens e dos Resultados Educacionais</b>	
Objetivo Geral	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Desenvolver o trabalho pedagógico de maneira coletiva, planejada, sistematizada e voltada às necessidades do educando;</li> <li>● Melhorar o desempenho da escola nas avaliações externas e internas;</li> <li>● Criar condições para que todos os estudantes desenvolvam suas capacidades e aprendam os conteúdos necessários para a vida em sociedade, atendendo as demandas do ensino;</li> <li>● Estimular novas estratégias para melhorar a qualidade do ensino, motivando e efetivando a permanência do aluno na escola,</li> </ul>



	<p>evitando a evasão escolar;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● Vivenciar momentos culturais, de esporte e de lazer;</li> <li>● Construir e fortalecer a autoestima dos estudantes;</li> <li>● Realizar atividades diferenciadas para a Semana do Estudante, em agosto;</li> <li>● Promover a integração dos diversos segmentos da comunidade escolar, ratificando a necessidade do trabalho coletivo;</li> <li>● Promover a inclusão dos Estudantes com Necessidades Educacionais Especiais (ENEE), encaminhando para atendimentos que se façam necessários;</li> <li>● Promover os jogos interclasses, como meio de interação e incentivo à prática desportiva;</li> <li>● Elaborar Planos de Ensino do 3º Ciclo para as aprendizagens de acordo com a Proposta Pedagógica da Escola, enfatizando o previsto na LDB 9.394/96, Base Nacional Curricular Comum e orientações do Currículo em Movimento;</li> <li>● Estimular a leitura de obras literárias, gibis, jornais e outros materiais impressos por meio de atividades prazerosas e diversificadas promovendo o gosto pela leitura e envolvendo alunos, direção, funcionários e comunidade;</li> <li>● Desenvolver hábitos de relacionamento com a natureza, trabalhando a sustentabilidade;</li> <li>● Incentivar a participação dos alunos de 9º ano na formatura;</li> <li>● Trabalhar na criação de condições para que haja um processo de ensino/aprendizagem adequado à realidade do educando, atuando junto aos Conselhos de Classe, detectando problemas e auxiliando em possíveis soluções;</li> <li>● Buscar atingir melhores índices de rendimento, frequência e proficiência dos estudantes;</li> <li>● Planejar com antecedência todos os dias temáticos previstos para o ano letivo.</li> </ul>
Estratégias:	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Realização de reuniões pedagógicas voltadas para a troca de experiências e informações, nas quais os docentes possam aproveitar a teoria, aplicando-a na prática;</li> </ul>

	<ul style="list-style-type: none"><li>● Promover reflexões, junto ao corpo docente, sobre a importância da avaliação como parâmetro para rever sua prática pedagógica;</li><li>● Atendimento aos discentes, por meio do Projeto Interventivo visando à superação das dificuldades pedagógicas;</li><li>● Planejar atividades lúdicas, com jogos e brincadeiras, para incentivar a integração e socialização dos alunos;</li><li>● Organizar excursões diversas, com objetivos educacionais e recreativos;</li><li>● Desenvolver a Semana de Educação para a Vida, com atividades que envolvam toda a comunidade escolar e reforcem a cultura de paz;</li><li>● Implantar o uso sistemático do Laboratório de Informática – PROINFO como instrumento pedagógico de apoio à aprendizagem;</li><li>● Implementar o Projeto de leitura, com uso da biblioteca e outros espaços para seu desenvolvimento;</li><li>● Desenvolver o Interclasses, fazendo com que o esporte seja uma ferramenta agregadora no desenvolvimento global dos educandos;</li><li>● Avaliar e controlar a qualidade do ensino-aprendizagem por meio das avaliações diagnósticas, Avaliações em Destaque, entre outros instrumentos;</li><li>● Realizar momentos de exposição dos trabalhos dos estudantes para toda a comunidade;</li><li>● Acompanhar a frequência dos estudantes, buscando identificar os faltosos e/ou ausentes, recorrendo à família e/ou ao Conselho Tutelar em casos de evasão, além da busca ativa contínua;</li><li>● Acompanhamento do rendimento dos estudantes, com a participação da direção e toda equipe pedagógica nos Conselhos de Classe Participativos;</li><li>● Incentivar o uso das tecnologias (data show, vídeo e TV, laboratório de informática);</li><li>● Desenvolver projetos pedagógicos, esportivos e</li></ul>
--	---

	<p>culturais como ferramenta auxiliadora no aprendizado e na formação integral dos cidadãos;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● Realizar ações que ajudem os alunos a participarem das festas culturais da unidade escolar;</li> <li>● Promover a formação continuada dos docentes e discentes com foco no uso das tecnologias como ferramentas no processo ensino-aprendizagem;</li> </ul> <p>O desenvolvimento das ações e a efetividade dos objetivos serão avaliados por meio de reflexão sobre o fazer pedagógico e de promoção de debates nas reuniões coletivas.</p>
--	---

O desenvolvimento das ações e a efetividade dos objetivos serão avaliados por meio de reflexão sobre o fazer pedagógico e de promoção de debates nas reuniões coletivas.

Para o ano de 2024, resolvemos organizar nossas coordenações para que tenhamos maior êxito na parte pedagógica tendo em vista a nova modalidade em ciclo, adotada para as escolas públicas do DF. Ressaltamos que a integração com a Sala de Recurso faz parte desse processo, sendo feita a ligação entre esse setor e o grupo de professores através das reuniões coletivas e do trabalho constante da Supervisão pedagógica e da Direção escolar.

<b>Dimensão 2- Gestão Participativa e de Pessoas</b>	
Objetivo Geral	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Envolver toda a comunidade escolar na estruturação de projetos e ações, conscientizando sobre a importância do compromisso de professores, funcionários, responsáveis e estudantes para o sucesso da Proposta Pedagógica;</li> <li>● Incentivar a comunidade escolar ao trabalho voluntário, desenvolvendo a prática da cidadania e da solidariedade;</li> <li>● Contribuir para o processo de participação social e política, assim com o exercício de direito e deveres políticos, civis e sociais, adotando no dia a dia atitudes de solidariedade, cooperação e repúdio às injustiças e à discriminação racial, respeitando ao outro e a si mesmo;</li> <li>● Buscar a integração de toda a escola com gincanas que promovam a melhoria das relações sociais e com passeios recreativos;</li> <li>● Promover encontros bimestrais com pais e/ou responsáveis a fim de sensibilizá-los para uma participação mais ativa dentro da escola. No início do ano letivo faz-se uma reunião</li> </ul>

	<p>para apresentação dos funcionários da escola e suas regras;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● Produzir atividades culturais como o Festival Cultural, que se realizará em setembro.</li> </ul> <p>ESTRATÉGIAS:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● Capacitação profissional dos docentes por meio de palestras, formações da EAPE, Coordenação Pedagógica Propositiva, Virada Pedagógica, estudo do currículo em movimento, troca de experiências, além de estimulá-los a buscar novos conhecimentos;</li> <li>● Organizar eventos culturais, com a participação de toda comunidade escolar, objetivando o maior envolvimento com os projetos;</li> <li>● Conscientizar sobre a importância do trabalho em equipe para alcance de um funcionamento harmônico da escola, estimulando uma relação de igualdade, respeito e consideração mútua;</li> <li>● Realizar nas reuniões coletivas exposição dos problemas enfrentados pelos membros da equipe escolar no intuito de encontrar soluções e sanar as dificuldades;</li> <li>● Organizar oficinas de aprendizagem e aperfeiçoamento com os professores durante as coordenações pedagógicas.</li> </ul>
Objetivos Específicos	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Fornecer meios para o entrosamento entre a escola e a comunidade por meio de reuniões, atividades comemorativas e dias letivos temáticos;</li> <li>● Promover a integração dos profissionais da escola;</li> <li>● Incentivar o desenvolvimento profissional contínuo;</li> <li>● Esclarecer os direitos e deveres de cada segmento;</li> <li>● Manter contato direto e transparente com a comunidade, construindo um relacionamento harmonioso de forma que os pais e/ou responsáveis percebam a importância de sua participação para a concretização de uma escola de qualidade;</li> <li>● Reconhecer e valorizar o trabalho escolar.</li> </ul>
Metas	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Fornecer meios para o entrosamento entre a escola</li> </ul>

	<p>e a comunidade por meio de reuniões, atividades comemorativas e dias letivos temáticos;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● Promover a integração dos profissionais da escola;</li> <li>● Incentivar o desenvolvimento profissional contínuo;</li> <li>● Esclarecer os direitos e deveres de cada segmento;</li> <li>● Manter contato direto e transparente com a comunidade, construindo um relacionamento harmonioso de forma que os pais e/ou responsáveis percebam a importância de sua participação para a concretização de uma escola de qualidade;</li> <li>● Reconhecer e valorizar o trabalho escolar.</li> </ul>
--	--

<b>Dimensão 3 - Gestão Administrativa e Gestão Financeira</b>	
Objetivo Geral	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Compartilhar a gestão de recursos para assegurar sua melhor aplicação;</li> <li>● Melhorar a estrutura física da escola com o objetivo de proporcionar um ambiente mais atrativo aos membros da comunidade escolar;</li> <li>● Ampliar a oferta de recursos materiais para uso pedagógico;</li> <li>● Registrar e controlar bens patrimoniais, além da aquisição, conservação e uso apropriado de materiais e gêneros alimentícios;</li> <li>● Proporcionar apoio ao conjunto de ações complementares de natureza administrativa no que diz respeito à vigilância e atendimento de alunos, à limpeza, à manutenção e conservação das áreas internas e externas do prédio escolar;</li> <li>● Zelar pela manutenção e conservação de mobiliário, equipamentos e materiais didático-pedagógicos;</li> <li>● Gerir os recursos financeiros da escola quando do repasse das verbas, de acordo com a legislação vigente;</li> </ul>
Objetivos Específicos	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Administrar as verbas recebidas com a participação do Conselho Escolar, de professores, pais e funcionários, de forma a atingir o objetivo maior que é a</li> </ul>

	<p>construção de uma escola pública de qualidade;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● Convocar reuniões periódicas para apresentação de recursos disponíveis e discussão das necessidades mais urgentes dentro das limitações do uso de determinadas verbas;</li> <li>● Promover reuniões periódicas como Conselho Escolar e Caixa Escolar;</li> <li>● Pleitear junto à Regional de Ensino as obras de revitalização da <ul style="list-style-type: none"> <li>● quadra;</li> <li>● Usar verbas disponíveis para a aquisição de jogos diversos;</li> <li>● Fazer a compra de nova aparelhagem de som.</li> </ul> </li> </ul>
Metas	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Ampliar as rampas de acesso à quadra;</li> <li>● Melhorar a conservação dos jardins;</li> <li>● Adquirir novos bebedouros;</li> <li>● Adquirir nova caixa amplificadora e microfones.</li> </ul>

Os recursos públicos são oriundos do FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação) do Governo Federal e pelo PDAF (Programa de Descentralização Administrativa e Financeira), esses são executados e fiscalizados pelos membros do caixa escolar, que é composto por servidores, professores e pais 47 de alunos da Instituição. Já a escolha de como será aplicado, passa pelo conselho escolar.

Essa gestão busca parceria com deputados distritais no sentido de emendas para investir na escola, seja na parte estrutural ou na de aprendizagem.

A gestão também é responsável por assegurar a prestação de contas, dentre outras obrigações, à Coordenação Regional de Ensino de Ceilândia (CREC). A atual gestão é composta pelo diretora Karlla e pelo vice-diretor Carlos Henrique, na supervisão pedagógica por Kelly Vieira e como secretário escolar Jônatas.

## **9 FUNDAMENTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS NORTEADORES DA PRÁTICA EDUCATIVA**

“Ensinar não é transmitir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção”.

## 10 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO DA ESCOLA

*“Ensinar não é transmitir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção”.*

(Paulo Freire)

### 1- Organização escolar: regime, tempos e espaços

O trabalho pedagógico desenvolvido no CEF 35 de Ceilândia é organizado pelo 3º ciclo para as Aprendizagens, compreendendo os anos finais do Ensino Fundamental. O 3º ciclo divide-se em dois blocos, os quais compreendem respectivamente os 6º e 7º anos no primeiro bloco, 8º e 9º anos no segundo.

O 3º Ciclo tem como proposta para as aprendizagens “aprimorar constantemente os processos de ensinar, aprender e avaliar, tendo como princípio a garantia das aprendizagens para todos os estudantes dos anos finais do Ensino Fundamental” (SEDF, 2014). A organização escolar em ciclos apresenta outra sistematização para os espaços e tempos escolares com vistas às aprendizagens. Essa proposta, ganha relevância na avaliação formativa e na reorganização do trabalho pedagógico, que devem coletivamente com, entre e para os sujeitos envolvidos na ação educativa. Assim, o trabalho pedagógico, na lógica dos ciclos, fundamenta-se na concepção de currículo integrado e de Educação em Tempo Integral e na valorização do trabalho interdisciplinar na construção do conhecimento, considerando as múltiplas inteligências e os diversos contextos socioculturais em que os estudantes estão inseridos. (Diretrizes pedagógicas 3º ciclo, p. 09).

Estruturar a escola em ciclos requer que o ensino seja entendido em função das aprendizagens. A preocupação com o ensino e a compreensão do modo como o estudante aprende favorecem o desenvolvimento de um trabalho pedagógico que visa à garantia de aprendizagens aos estudantes.

A concretização desta proposta de organização escolar, que se encontra coadunada com o disposto na Lei nº 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN), tornou-se possível por força do Plano Distrital de Educação (PDE 2015-2024) que, em sua estratégia 2.3, assim dispõe:

[...] adotar, após amplo debate com a comunidade escolar, até o terceiro ano de vigência deste Plano (2018), modelo de organização escolar em ciclo, em substituição ao regime seriado, de modo a enfrentar os índices de reprovação e os percursos diferenciados de escolarização.

Considerando a Pedagogia Histórico-crítica e a Psicologia Histórico-cultural que fundamentam o nosso currículo, bem como a concepção de currículo integrado que visa superar a fragmentação do conhecimento, a aprendizagem linear, hierarquizada e prescritiva, torna-se necessário pensar na organização de uma rotina escolar com tempos flexíveis e com espaços associados à práxis pedagógica numa abordagem interdisciplinar e contextualizada, geradora de aprendizagens significativas. Os espaços de participação coletiva devem ser o local onde ocorrerá o exercício da construção da liberdade e do direito por meio da elaboração de regras claras que favoreçam a convivência baseada na autonomia, na autodisciplina, na autoconfiança, no amor próprio, no respeito mútuo e em valores éticos e morais que possibilitem a aprendizagem de formas não violentas de resolver conflitos. Quanto mais fortalecidos forem os espaços coletivos, mais espaços para convivência respeitosa.

O CEF 35 de Ceilândia optou pela mudança para uma Escola em Tempo Integral, onde os componentes da Base Nacional Comum são ofertados no turno Matutino com início às 7h30min e término às 12h30min e a Parte Flexível no turno Vespertino, das 12h30min às 17h30min com aulas e atividades que se relacionam transversalmente por intermédio dos professores e demais membros, responsáveis diretamente ou indiretamente pela educação em tempo integral, em um currículo articulado e integrado. O calendário do tempo integral será os dias letivos de segunda a sexta-feira, podendo, também, aos sábados.

- Modulação da Grade Horária Parte Comum

CONSTITUIÇÃO DO CURRÍCULO	COMPONENTE CURRICULAR	CARGA HORÁRIA SEMANAL			
		ANOS			
		6º	7º	8º	9º
<b>BASE NACIONAL COMUM</b>	Língua Portuguesa	5	5	5	5
	Matemática	5	5	5	5
	História	3	3	3	3
	Ciências Naturais	4	4	4	4
	Arte	2	2	2	2
	Educação Física	3	3	3	3
	Geografia	3	3	3	3
<b>PARTE DIVERSIFICADA</b>	Língua Estrangeira Moderna	2	2	2	2
	P D – 1	1	1	1	1



	P D – 2	1	1	1	1
	P D – 3	1	1	1	1
<b>TOTAL CARGA HORÁRIA SEMANAL MÓDULO/ AULA</b>		30	30	30	30
<b>TOTAL CARGA HORÁRIA SEMANAL HORA/ RELÓGIO</b>		25	25	25	25
<b>TOTAL SEMESTRAL – HORA/ RELÓGIO</b>		500	500	500	500
<b>TOTAL ANUAL – HORA/ RELÓGIO</b>		1000	1000	1000	1000

- Modulação da Grade Horária Parte Flexível

	MACROCAMP O	ATIVIDADE	COMPONEN TE CURRICULA R	CARGA HORÁRIA SEMANAL			
				6º AN O	7º AN O	8º AN O	9º ANO
PARTE FLEXÍVEL (Parte Diversificada/ Complementação Pedagógica)	ACOMPANHA MENTO PEDAGÓGICO	Acompanhame nto Pedagógico em Português	Português	5	5	5	5
		Acompanhame nto Pedagógico em Matemática	Matemática	5	5	5	5
		LEM - Espanhol	Espanhol	2	2	2	2
		Estudo Orientado	Todos	3	3	3	3
	ARTE E CULTURA	Arte na Escola	Arte	2	2	2	2
	ESPORTE E LAZER	Esporte na Escola	Educação Física	2	2	2	2

	CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS	Participatividad e, Diversidade e Respeito	Todos	2	2	2	2
	EDUCAÇÃO DIGITAL	LabInfo, Tecnologias e Aprendizagem	Todos	2	2	2	2
	EDUCAÇÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE	Meu Ambiente	Ciências Naturais e Geografia	2	2	2	2
	SAÚDE E ALIMENTAÇÃO	Promoção a Saúde	Todos	5	5	5	5
TOTAL DE AULAS SEMANAIS				30	30	30	30

**OBSERVAÇÕES:**

1. Módulo-aula de 45 (quarenta e cinco) minutos. Todas as refeições estão inseridas dentro do horário do professor que está em regência no horário a ser servido.
2. O horário de início e término do período letivo é definido pela instituição educacional.
3. O dia letivo é composto por (dez) horas-relógio.
4. Os quatro intervalos terão de 15 (quinze) minutos de duração cada, sendo dois no matutino e dois no vespertino.
5. O almoço, higienização e o descanso têm duração de 45(quarenta e cinco) minutos. Fazem parte da atividade pedagógica e é dirigido pelo professor do primeiro horário do turno vespertino.
6. Os módulos da Parte Diversificada são de escolha da instituição educacional, definidos pela comunidade escolar e inseridos na Proposta Pedagógica, sendo desenvolvidos por meio de Projeto(s) Interdisciplinar (es), inseridos no PROEITI – Programa de Educação Integral em Tempo Integral, constituem 03 módulos-aulas que estão sendo trabalhados com propostas pedagógicas.

## 2 Direitos humanos, educação inclusiva e diversidade.

Cada estudante, independentemente de sua etnia, gênero, idade, deficiência, condição social ou qualquer outra situação, tem direito a uma formação integral, ao acesso e à permanência na unidade escolar e a uma aprendizagem significativa.

A educação inclusiva é uma prática inovadora, que acompanha um movimento mundial, com suas conclusões registradas na Declaração de Salamanca e também a especificação da ação na área das necessidades educativas especiais a nível nacional. Diante disso, buscou-se uma nova política e organização, fatores escolares, treinamento e capacitação do pessoal docente, serviços externos de apoio, áreas prioritárias, perspectivas comunitárias, recursos necessários e as diretrizes de ação a nível regional e internacional (BRASIL, Política Nacional de Educação Especial, 1994, p. 15).

A SEEDF entende que é preciso uma atenção mais apurada para pessoas com deficiência, Transtorno Global do Desenvolvimento (TGD) e Altas Habilidades (AH).

Segundo a LDB, a educação especial é uma modalidade oferecida a estudantes com necessidades educacionais especiais, de modo a oportunizar condições favoráveis à sua aprendizagem, desenvolvimento e participação social autônoma e cidadã. A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008) define como seu público os estudantes com deficiência(s), Transtorno Global do Desenvolvimento (TGD) e com Altas Habilidades/Superdotados.

A educação especial, transversal em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino, oferece, no Atendimento Educacional Especializado, meio, recursos e processos, configurando um serviço que visa “identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem barreiras para plena participação dos estudantes, considerando suas necessidades especiais” (BRASIL, 2008, p.29).

Na Secretaria de Estado de Educação do DF, o Atendimento Educacional Especializado é realizado nas salas de recursos, conforme definição das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Especial a Educação Básica (BRASIL, 2008), como um serviço de natureza pedagógica, conduzido por professor especializado, que suplementa (no caso de estudantes com Altas Habilidades/Superdotação) e complementa (para estudantes com deficiência e TGD) as orientações curriculares desenvolvidas em classes comuns em todas as etapas e modalidades da educação básica.

## **REGIMENTO INTERNO**

Para funcionamento pedagógico e administrativo da nossa escola apresentamos esse regimento com algumas orientações necessárias que garantem um ambiente no qual primamos pela formação de valores éticos e humanos positivos. Acreditamos que o respeito deve ser guia das boas relações entre família e escola.

## **DIREÇÃO**

A direção é um órgão técnico responsável pelo planejamento, coordenação e controle das diretrizes pedagógicas e administrativas da escola.

Diretor: Karlla Lucienne

Vice Diretor: Carlos Henrique Monteiro de Oliveira Estevam

## **SUPERVISÃO**

Cabe ao (a) supervisor (a) assistir ao Diretor e ao Vice-Diretor em assuntos pedagógico-administrativos; coordenar o planejamento das atividades pedagógicas e dar andamento às rotinas administrativas da instituição.

Supervisor (a): Kelly Vieira Jardim

## **COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA**

A supervisão e a coordenação pedagógica têm por atribuição acompanhar e auxiliar o grupo de professores no planejamento das atividades pedagógicas de modo a implementar, acompanhar e avaliar o Projeto Político Pedagógico da instituição educacional.

Coordenadores: Eriosvaldo da Silva Barbosa, Joel da Cruz dos Reis

## **SECRETARIA**

À Secretaria Escolar, compete o planejamento e a execução de atividades de escrituração escolar, de arquivo, de expediente e de atendimento a alunos, a professores e aos pais em serviços técnico-administrativos, especialmente, referentes à vida escolar dos alunos.

Horário de atendimento: matutino: 08:00 às 12:00 e vespertino: 14:00 às 17:00

Chefe de Secretaria: Jônatas Evangelista Silva Sousa

## REGIMENTO DISCIPLINAR

Regimento das Escolas Públicas do Distrito Federal: artigo 41 – o aluno pela inobservância das normas contidas neste regimento, conforme a gravidade e/ou reincidência das faltas, estará sujeito às seguintes sanções:

- I – advertência oral;
- II – advertência escrita;
- III – suspensão, com tarefas extraescolares, por no máximo 03 (três) dias letivos e/ou com atividades alternativas na escola;
- IV – transferência por comprovada inadaptação ao Regimento Escolar, mediante deliberação do Conselho Escolar do Centro de Ensino Fundamental 35 de Ceilândia – CEF 35.

## HORÁRIO DAS AULAS

- **ENSINO FUNDAMENTAL: 6º ao 9º anos – Educação em Tempo Integral (10 horas)**

**Matutino: 07:30 às 12:30**

**Vespertino: 12:30 às 17:30**

**Tolerância: 15 minutos**

## NORMAS ESCOLARES

- Não será permitida a entrada dos pais e/ou responsáveis na entrada e saída dos turnos na escola, exceto em casos excepcionais e autorizados pela Direção. Os pais deverão retirar os adolescentes no portão junto à portaria para evitar a entrada de pessoas estranhas no ambiente escolar, proporcionando, assim, maior segurança a todos.

- Após o término das atividades escolares os pais e/ou responsáveis terão a tolerância de 15 (quinze) minutos para retirada das crianças/adolescentes na escola. Caso ocorra o atraso o pai e/ou responsável assinará um termo de compromisso, que será arquivado junto aos registros de ocorrências escolares. Após a terceira incidência de negligência quanto ao cumprimento do horário do aluno, constatando constrangimento à criança ou adolescente, o caso será encaminhado ao Conselho Tutelar, à Promotoria da Criança e do Adolescente e à Delegacia de Proteção à Criança e ao Adolescente - DPCA

- Liberação antecipada dos alunos: quando for necessária, a saída antecipada da criança da escola, o pai e/ou responsável deverá em primeiro lugar se dirigir à Direção para solicitar uma autorização. Depois de autorizada, a criança será liberada.
- O uso do uniforme escolar é amparado por lei e adotado em todas as escolas públicas do Distrito Federal. Portanto, **seu uso é obrigatório por questão de segurança**, facilitando a identificação do aluno dentro e fora da escola, **especialmente no uso do Transporte Escolar cedido pela Secretaria de Estado de Educação do DF.**
- De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (**Lei Federal nº 8.069/90**), os pais e/ou responsáveis devem verificar as atividades escolares realizadas pelas crianças, bem como ajudá-la em caso de dúvidas, cabendo ainda aos mesmos a responsabilidade pela assiduidade, a higiene e freqüência do aluno.
- O aluno que ultrapassar 50 (cinquenta) faltas será reprovado automaticamente, exceto os que tiverem faltas justificadas por atestados médicos. Nos casos de faltas sem justificativas, a Escola tomará as seguintes providências:
  - 5 (cinco) faltas consecutivas ou 20 (vinte) alternadas e acumulativas: Convocação dos pais e/ou responsáveis à Direção;
  - 35 (trinta e cinco) faltas, consecutivas ou alternadas: Encaminhamento do caso ao Conselho Tutelar e à Procuradoria da Infância, Adolescência e Juventude.
- Todo estudante tem o direito ao atendimento pedagógico em seu horário regular e/ou acompanhamento especial por parte do corpo gestor e docente da escola, visando seu sucesso escolar.
- É obrigação do pai e/ou responsável acompanhar a freqüência da criança ao Serviço de Orientação Educacional, sempre que for necessário.
- Qualquer assunto que o pai e/ou responsável necessitar tratar com o professor de seu **filho deverá ser tratado em horário contrário da aula, (horário de coordenação do professor)** para evitar prejuízos à aprendizagem dos demais alunos.
- É obrigação dos pais e/ou responsáveis comparecer à escola nas **reuniões bimestrais de pais e mestres ou sempre que for solicitado.**
- É de inteira obrigação do pai e/ou responsável manter atualizado o endereço e telefones para contatos. A escola não se responsabilizará pela **não comunicação com os responsáveis na ocorrência de acidentes ou imprevistos, caso estes dados não estejam atualizados no documento do aluno.**
- Fica sob a responsabilidade dos pais e/ou responsáveis o acompanhamento e orientação sobre o controle dos materiais individuais dos filhos. Cabe ao estudante o cuidado

dos mesmos em sala de aula para evitar que sejam extraviados. A escola não pagará por objetos e materiais que desapareçam por descuido ou falta de zelo do aluno.

- Não será permitido o uso de aparelhos eletrônicos em sala de aula como celulares, MP3, MP4 e outros. É de total responsabilidade dos pais a guarda desses objetos. Fica também a Escola isenta de responsabilidade contra danos a estes aparelhos nos espaços escolares (**Lei nº 4.131, de 02 de maio de 2008**)

- É proibido riscar ou pichar paredes, portas e carteiras em qualquer dependência da escola. Sujeito a penalidades previstas no artigo **65 da Lei 9605/98**. Qualquer dano ao patrimônio público (carteiras, cadeiras, mesas e outros) caracteriza crime (artigo 163 do código penal). Portanto, é dever do estudante zelar pelos bens pertencentes à escola. **Caberá aos pais e/ou responsáveis restaurar, repor ou indenizar**

- **qualquer dano causado pelos seus filhos ao patrimônio escolar ou de terceiros.**

- A criança ou adolescente que estiver doente deverá ser encaminhada ao hospital, a fim de ser tratada. É de responsabilidade do pai e/ou responsável zelar e cuidar da sua saúde e integridade. **A escola não poderá ministrar qualquer tipo de medicamento.**

- Os pais e/ou responsáveis têm o direito de ter acesso a quaisquer informações pertinentes ao progresso pedagógico de seus filhos, bem como os relacionados à segurança, disciplina, serviços, entre outros, exceto aquelas informações protegidas por sigilo profissional ou ético.

- Os pais e/ou responsáveis têm o direito de serem recebidos e ouvidos pelos membros da Escola, e de receberem a devida atenção aos seus casos, garantido o direito de defesa aos envolvidos.

Os estudantes do Ensino Fundamental – Anos Finais (6º ao 8º anos) que não atingirem o rendimento necessário (nota média) para sua aprovação, terá direito a:

- Recuperação final, se estiver nesse processo no máximo em três (03) matérias;
- Dependência Escolar, **se após recuperação final**, tiver reprovado em, no máximo duas (02) matérias;

- o ***Observação: alunos em recuperação final em quatro ou mais matérias tem sua reprovação automática.***

- o ***O aluno que não comparecer para realizar a prova de recuperação final será automaticamente reprovado.***

- Qualquer membro da Comunidade Escolar (Pais, responsáveis, alunos, funcionários e colaboradores) tem o direito a registrar qualquer reclamação por escrito no livro destinado a este fim, e receber a resposta aos seus questionamentos.
- Os casos omissos serão tratados diretamente pela Direção da Instituição de Ensino juntamente com o CEF 35.
- Este Regimento Interno foi apreciado e aprovado em Assembléia Geral do Conselho Escolar do Centro de Ensino Fundamental 35 de Ceilândia, cuja ata foi lavrada em livro próprio e os presentes assinaram o livro de presença.

### 3 Projetos Interdisciplinares

Projeto	Objetivos	Principais Ações
Festa Junina	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Desenvolver o gosto pela cultura e participação efetiva nas atividades escolares;</li> <li>• promover a integração entre os alunos, pais, professores e comunidade com propósito do desenvolvimento cultural;</li> <li>• estimular a criatividade dos alunos em diversas atividades e incentivando desta forma o trabalho em grupo e a superação do individualismo.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>•</li> </ul>

Projeto	Objetivos	Principais Ações
---------	-----------	------------------



<p>Consciência Negra</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Reconhecer a importância da contribuição cultural dos</li> <li>● Refletir sobre questões raciais;</li> <li>● Promover o debate sobre a violência racial e a violência de gênero contra mulheres negras;</li> <li>● Reconhecer a historicidade do dia da Consciência Negra;</li> <li>● Reconhecer, respeitar e valorizar os indivíduos em suas diversidades coletivas e individuais.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Propor pesquisas e debates sobre a participação da população negra na formação econômica, cultural, política e social do Brasil;</li> <li>● Organizar eventos culturais, os quais promovam o reconhecimento e valorização da diversidade cultural brasileira, com destaque para cultura afro descendente.</li> </ul>
<p>Jogos Interclasses.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Promover a prática esportiva e interação entre a comunidade;</li> <li>● Possibilitar aos estudantes a participação em práticas que lhes permitam ampliar conhecimentos e capacidades expressivas em manifestações corporais, identificando nessas práticas seus benefícios fisiológicos e psicológicos e suas possibilidades de utilização como instrumentos de comunicação, expressão, lazer e cultura.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Selecionar times de cada uma das turmas nas modalidades futsal, queimada, atletismo, masculino, feminino e misto;</li> <li>● Confeccionar tabela de competições;</li> <li>● Preparar, organizar e apresentar as regras específicas de cada modalidade;</li> <li>● Conduzir as competições;</li> <li>● Premiar equipes campeãs;</li> </ul>

Projeto de Leitura	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Contemplar o trabalho com gêneros textuais, articulando oralidade, leitura/escuta, escrita/produção textual, análise crítica, visando desenvolver o letramento;</li> <li>● Desenvolver e melhorar a capacidade de interpretação;</li> <li>● Aprimorar a escrita;</li> <li>● Implantar a SALA DE LEITURA VIRTUAL para atender a demanda</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Promover a leitura e produção de gêneros textuais diversos;</li> <li>● Incentivar a participação em jornais e murais;</li> <li>● Ler e encenar peças teatrais;</li> <li>● Fazer releitura e reescrita de textos variados;</li> <li>● Fazer resumos e fichas literárias;</li> <li>● Trocar correspondência;</li> <li>● Compartilhar experiências literárias;</li> <li>● Promover e divulgar o acesso à Sala de Leitura Virtual;</li> <li>● Ofertar oficinas de leitura e escrita de poesias a partir das autoras do</li> </ul>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Despertar e desenvolver o interesse pela leitura e escrita de poesias a partir do Programa Mulheres Inspiradoras;</li> <li>● Proporcionar e incentivar o acesso a links de acesso a bibliotecas virtuais adaptados para leituras remotas ou offline.</li> </ul>	<p>Programa Mulheres Inspiradoras, de autoria da professora Gina Albuquerque;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● Divulgar e colocar disponível por meio da Plataforma acesso a bibliotecas escolares remotas.</li> </ul>

Projeto Interventivo	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Desenvolver meios para que os estudantes do ciclo tenham qualidade no ensino-aprendizagem;</li> <li>• Proporcionar instrumentos alternativos no processo de ensino-aprendizagem com o intuito de sanar as dificuldades relacionadas a habilidades e competências esperadas em cada bloco, bem como de minimizar as defasagens nas aprendizagens.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Promove, com acompanhamento sistemático, o Projeto Interventivo e os Reagrupamentos previstos nas Diretrizes Pedagógicas para Organização do 3º Ciclo, visando o alcance das aprendizagens propostas e o avanço nos estudos;</li> <li>• Utilizar diferentes procedimentos e instrumentos avaliativos, que perpassam todo o processo;</li> <li>• Executar intervenções didático-pedagógicas, conforme as dificuldades levantadas;</li> <li>• Desenvolver atividades no contraturno, mediada pelos professores.</li> </ul>
Salas Ambiente	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Otimizar o processo de ensino-aprendizagem;</li> <li>• Evitar a depredação do patrimônio;</li> <li>• Democratizar o espaço escolar; Engajar os estudantes nas disciplinas tendo em vista sua</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Organizar a identidade das salas (disposição dos recursos e dos mobiliários) de acordo com a intenção pedagógica de cada disciplina, de maneira a permitir uma maior interatividade dos estudantes e favorecer o aprendizado;</li> <li>• Envolver os estudantes na</li> </ul>
	contribuição para a identidade visual da sala.	construção dessa identidade visual por meio da exposição de sua produção e da apresentação de trabalhos.

Laboratório de informática	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Aliar recursos tecnológicos e ensino de forma a promover as aprendizagens;</li> <li>● Capacitar estudantes, profissionais da educação e pais no uso de recursos tecnológicos em variados contextos sociais;</li> <li>● Promover o letramento digital nos estudantes;</li> <li>● Promover a autonomia dos estudantes no processo de ensino-aprendizagem.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Implementação do laboratório de informática;</li> <li>● Requisição, junto à SEEDF, de um profissional capacitado para atender o laboratório de informática;</li> <li>● Promover atividades integradas entre o laboratório de informática e as diversas disciplinas do currículo de forma interdisciplinar;</li> <li>● Promover oficinas que contemplem estudantes, pais e profissionais da educação;</li> <li>● Promover projetos que auxiliem os estudantes no desenvolvimento da autonomia de seu próprio processo de aprendizagem.</li> </ul>
----------------------------	---	---

#### 4 Projeto de Transição entre Etapas e Modalidades

Projeto	Objetivos	Principais Ações
---------	-----------	------------------

Transição	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Recepcionar e ambientar os novos alunos da escola provenientes das Escolas Classe;</li> <li>● Propiciar o acolhimento e a adaptação dos estudantes dos 9<sup>o</sup> anos nas escolas sequenciais;</li> <li>● Promover o intercâmbio de informações com os Institutos Federais para possível ingresso de nossos estudantes de 9<sup>o</sup> anos nas instituições supracitadas.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>● Apresentar, por meio de palestra e/ou visita, o espaço físico e os projetos da escola, bem como explicar as regras de funcionamento aos novos estudantes, ambientando-os;</li> <li>● Proporcionar a vivência de um dia de aula para os alunos das Escolas Classe das quais somos escola sequencial;</li> <li>● Promover vivências para os alunos de 9<sup>o</sup> anos nas escolas de Ensino Médio sequenciais;</li> <li>● Realizar visitas, palestras e discussões juntos aos Institutos Federais com os estudantes dos 9<sup>o</sup> anos.</li> </ul>
-----------	---	--

## 5 Relação escola-comunidade

Acreditamos que a escola deve acolher e servir a comunidade, estabelecendo vínculos com os quais propiciem uma participação ativa e consciente; proporcionem diálogos éticos; e conduzam à corresponsabilização dos sujeitos no processo ensino-aprendizagem, visando garantir o acesso, a permanência e formação integral dos estudantes. Para tanto buscamos envolvê-la na escola por meio dos projetos desenvolvidos, da construção da proposta pedagógica e de momentos como reuniões, festas, exposições e o conselho de classe participativo. Destaca-se a importância do compromisso de professores, funcionários, pais e estudantes para o sucesso da Proposta Pedagógica.

## 6- Atuação Articulada dos Serviços de Apoio

Os Serviços de Apoio trabalham conjuntamente para promover a melhoria da qualidade do processo ensino-aprendizagem, com vistas à inclusão de todos os educandos e como amparo de toda a comunidade escolar.

Os profissionais que trabalham no Atendimento Educacional Especializado (AEE/ Sala de Recursos Generalista) são as professoras Maria Adelia e Sandra Alves. A Pedagoga Angélica da (EEAA). No Serviço de Orientação Educacional (OE) trabalha a orientadora Eliane.

As ações articuladas dos Serviços de Apoio à Aprendizagem têm como objetivo proporcionar a integração dos serviços, visando à qualidade dos atendimentos e a melhoria do convívio escolar, articulando as ações do AEE, da EEAA e do OE para que haja cooperação mútua e o desenvolvimento da Proposta Pedagógica da escola.

### **7- Profissionais de Apoio Escolar**

Os profissionais readaptados e com restrições para regência trabalham em conjunto com os diversos setores da escola, respeitadas suas limitações e restrições, contribuindo como apoio na realização de tarefas diversas e execução dos Projetos desenvolvidos pela escola.

Os monitores atuantes nessa U.E. acompanham os estudantes ANEs nas atividades da Educação em Tempo Integral, respeitando o seu horário de trabalho, dando suporte durante essas atividades, intuito de facilitar as aprendizagens, bem como otimizar a realização das tarefas, provas e trabalhos escolares obedecendo ao que rege a PORTARIA CONJUNTA n.º 28, de 16 de setembro de 2016, no anexo III.

Os Educadores Sociais Voluntários (ESV) seguem o mesmo padrão de atendimento dos monitores, foram selecionados pela CREC para atuar na Educação em Tempo Integral e no Ensino Especial, atuam na escola respeitando as atribuições e sendo considerada de natureza voluntária, na forma da Lei n.º 9.608/1998, da Lei Distrital n.º 2.304, de 21 de janeiro de 1999, da Lei n.º 3.506, de 20 de dezembro de 2004, e do Decreto n.º 37.010, de 23 de dezembro de 2015, não gerando vínculo empregatício, nem obrigação de natureza trabalhista, previdenciária ou afim.

### **Metodologias de Ensino Adotadas**

Em 2024, a escola irá trabalhar com temas diversificados. Esses temas serão contemplados nos Projetos Interdisciplinares. As escolhas dos temas serão feitas de forma

coletiva, objetivando uma construção cidadã de nossos educandos. A escola segue os documentos norteadores da SEEDF em relação à avaliação. Iremos priorizar, em 2024, as avaliações para as aprendizagens e os projetos que serão desenvolvidos ao longo do ano, buscando-se as melhores intenções para se avaliar para incluir, incluir para aprender e aprender para desenvolver.

A seguir, apresentamos alguns instrumentos avaliativos usados por nossa escola:

a) Avaliação formativa: que parte da construção diária do aluno e avalia o educando como um todo em suas habilidades e competências adquiridas. Assim, a avaliação é contínua respeitando as individualidades de cada aluno. Devem buscar o sentido global do processo utilizado pelo professor em sala de aula, ela deve ser o substrato da educação. No processo avaliativo, o professor deve ter como base os objetivos pré definidos durante o processo de aprendizagem. Dessa forma, não podemos apenas medir o conhecimento e sim buscar junto aos alunos seu real desempenho.

b) Avaliação coletiva: consiste em realizar as atividades em dupla, trios ou grupos pré-programados pelos professores com o intuito de incentivar o trabalho coletivo e a cooperação.

c) Prova Multidisciplinar e testes: elaboradas pelos professores com o tema escolhido, a ser desenvolvido ao longo do bimestre em cada um dos componentes curriculares. Além disso, a critério de cada professor, podem ser aplicados testes específicos de cada disciplina.

d) Seminários: os critérios de avaliação devem ser construídos com os estudantes e colocados no plano de aula bimestral do professor.

e) Avaliação diagnóstica: no início do ano para analisar os conhecimentos dos alunos do ano anterior e precisar as dificuldades encontradas por eles, com intuito de planejar ações que possam diminuir essas dificuldades e fazer o mapeamento da turma.

### **Estratégias de Valorização e Formação Continuada dos Profissionais de Educação**

Durante as Coordenações Individuais e Coletivas, a equipe pedagógica buscará capacitar e informar aos professores sobre os fatos que vêm sendo relevantes dentro da SEEDF, bem como transformar essas coordenações em momentos de aprendizagem e partilha de conhecimentos mútuos.

Nossa relação com a comunidade escolar é feita por meio de reuniões bimestrais, através de conselhos participativos, em que a cada bimestre é reservado de dois a três dias na

semana. Esse conselho acontece da seguinte forma: todas as turmas são distribuídas em três dias da semana sendo reservada 1 hora para cada turma, os professores e responsáveis têm a oportunidade de debater sobre a prática pedagógica, além dos problemas e soluções presentes em cada turma, essa sistemática corre sempre nos 03 primeiros bimestres, já no 4º bimestre procede-se apenas com a entrega do resultado e os conteúdos de recuperação final.

É de grande importância a presença do responsável juntamente com o estudante. Quando se faz necessário, os pais são convocados para reuniões extraordinárias que visam melhorar e apontar problemas enfrentados pela Escola e traçar estratégias para solucioná-los.

## **V – PRÁTICAS E ESTRATÉGIAS DE AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO- APRENDIZAGEM**

A avaliação merece destaque, pois diz respeito a um processo amplo e abrangente que envolve todos os sujeitos e ações do fazer pedagógico.

Diagnóstica e motivacional, a avaliação deve servir ao professor como ferramenta não só para medir o avanço do aluno, mas também para avaliar seu próprio desempenho enquanto profissional. Deve incentivar o estudante a refletir e melhorar, por meio da auto avaliação, e a participar efetivamente de seu processo avaliativo.

Compreendemos que a avaliação deve permear todas as atividades no âmbito escolar, principalmente na relação professor-estudante e no tratamento dos conhecimentos trabalhados em sala de aula. Portanto, a mediação do professor é essencial para a construção do conhecimento.

Com a implementação dos ciclos para a aprendizagem, os estudantes são avaliados por meio de conceitos e menções. Os que alcançarem entre 90% e 100% receberão a menção AE – Alcançou com Êxito o objetivo da disciplina; se ficarem entre 70% e 90% a menção será A – Alcançou; entre 50% e 70% a menção é AP – Alcançou Parcialmente; e os alunos abaixo de 50% têm a menção ANA – Ainda não Alcançou. Os alunos que evadiram receberão menção ONT – Objetivo não trabalhado.

Para o sucesso da avaliação é fundamental ministrar aulas voltadas para o desenvolvimento de habilidades e competências e avaliar dentro do mesmo foco, utilizando registros diversos, trabalhos e os eixos integradores propostos no Currículo em Movimento. Deve estar claro para aquele que avalia que também é parte integrante desse processo, uma vez que foi o responsável pela mediação do ensino e da aprendizagem.



## **1 - Prática avaliativa: procedimentos, instrumentos e critérios de aprovação**

A escola sugere que os professores dividam a nota entre avaliações formativas e avaliações de aprendizagens, cada uma com a metade da nota. A escola também adota a Avaliação Multidisciplinar (uma por bimestre), correspondente a 30% da nota final, incluído nos pontos de avaliações de aprendizagens.

Os projetos desenvolvidos na escola também podem ser pontuados valendo entre 10% e 20% da nota, incluído nas avaliações formativas. As demais pontuações, cerca de 50% a 60%, estão à disposição do professor para trabalhar da forma como o convier, conforme a divisão entre as avaliações formativas e de aprendizagens.

Os alunos que alcançarem pelo menos 50% da pontuação são considerados aprovados na disciplina no bimestre. Os discentes que apresentam um aproveitamento menor são encaminhados para as recuperações e intervenções pedagógicas.

## **2 Recuperação Continuada**

A partir dos processos de avaliação formativa e contínua, o docente detecta e intervém na dificuldade do educando o mais precocemente possível. Esta mediação acontece diariamente, em sala de aula, mas também pode ocorrer no contraturno, com estratégias diferenciadas para pequenos grupos (Projeto Interventivo).

Os discentes com menção ANA, após participarem das intervenções pedagógicas, terão a oportunidade de realizar novas avaliações com o objetivo de se averiguar o desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem, atendendo às demandas das modalidades de ensino regular

## **3 Conselho de Classe**

Com vistas a fortalecer o exercício da gestão democrática em nossa escola, realizamos, ao final de cada bimestre, um Conselho de Classe Participativo. Nesse momento, são analisadas não só as aprendizagens obtidas pelos estudantes, pensando-se em uma reorganização da prática docente e possíveis intervenções, mas todo o trabalho pedagógico desenvolvido ao longo do bimestre. Ouvimos e avaliamos todos os segmentos da comunidade

escolar, visando alinhar e traçar estratégias para melhorar nossa práxis. Após esse conselho, acontece a reunião de pais e/ou responsáveis.

#### **4 Avaliação Institucional**

A avaliação institucional não deve estar focada somente no aprendizado do estudante ou o que é produzido por ele. Avaliar professores, gestores, programas de ensino, estruturas de ensino, ou seja, todo o processo envolvido na comunidade. A avaliação institucional deve ser entendida como um processo de libertação escolar, um processo de aprendizagem e crescimento que orienta nossos programas de políticas educacionais para o aprimoramento necessário.

A prática avaliativa tem a responsabilidade de focar no desenvolvimento do estudante sem necessariamente ignorar a qualidade, que por sua vez é o termômetro do professor para a autoavaliação, ou seja, a avaliação se materializa em múltiplas ferramentas e, portanto, precisa ser perpetuada, o que significa garantir que o processo avaliativo desenvolvido pelo usos das escolas A relação lógica entre as diversas ferramentas, sempre buscando a coerência pedagógica entre ela e os procedimentos pedagógicos que esses professores planejam e utilizam como projeto político-pedagógico da própria instituição.

No CEF 35, avaliamos nossa prática pedagógica constantemente através de questionários aplicados aos pais, professores, profissionais da carreira assistência e estudantes. A partir dos resultados obtidos, fazemos uma reflexão e buscamos estratégias para a melhoria das situações apontadas como insatisfatórias pelas pessoas envolvidas no processo de avaliação. Os pais dos nossos estudantes têm uma relação muito próxima da equipe gestora e sempre nos auxilia na identificação de alguns problemas pedagógicos.

#### **VII – ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DA PROPOSTA PEDAGÓGICA**

Segundo Vasconcellos (1995, p.38), a Proposta Pedagógica necessita de acompanhamento sistemático para que se possa verificar se o planejamento está adequado, quais os objetivos que foram atingidos, quais as metas que não foram alcançadas e quais ações precisam de redirecionamento. Assim, o acompanhamento é um instrumento que objetiva enfrentar os desafios cotidianos, de forma refletida e participativa.

Este PPP começou a ser aplicada no início do ano letivo de 2024 e continuará no decorrer do mandato da atual direção. Levando em consideração que é dinâmico e flexível, poderá sofrer alterações em relação a sua versão original para melhor adaptar-se às rotinas de trabalho da escola. O Projeto será continuamente reavaliado, sempre que uma das ações propostas for aplicada, utilizando as coordenações por área e coletivas e/ou reuniões previamente marcadas. O grupo de professores, pais, estudantes, direção e demais funcionários poderá discutir sobre os resultados obtidos, analisando, propondo mudanças e fazendo encaminhamentos que julgarem necessários. Tais procedimentos deverão constar em ata, sendo registrados para posterior alteração no teor do PPP, conforme aprovação da maioria dos envolvidos.

## **ORGANIZAÇÃO CURRICULAR**

Os componentes curriculares obrigatórios ao Ensino Fundamental estão organizados em relação às áreas de conhecimento, sendo articulados em uma perspectiva de unidade, progressividade e especialização, vinculados diretamente à função social. Os conteúdos foram organizados de acordo com o documento Currículo em Movimento do Distrito Federal, 2ª edição de 2018. Os professores se reuniram de acordo com as disciplinas, compondo assim o Primeiro e Segundo Bloco. Organizaram os conteúdos e objetivos, de acordo com a realidade de nossa escola, priorizando uma sequência que favoreça a aprendizagem de nossos alunos.

Os conteúdos foram divididos em quatro bimestres, adequando os objetivos a cada conteúdo correspondente, buscando uma maior ênfase nos objetivos 43 propostos. Esse encontro permitiu aos professores um momento de discussão para a escolha de estratégias e ações para o decorrer do ano letivo. Os eixos transversais do Currículo em Movimento (Educação para a Diversidade, Cidadania e Educação em e para os Direitos Humanos, Educação para a Sustentabilidade) são trabalhados dentro do planejamento dos objetivos e conteúdo de cada disciplina, nos PI's (Projetos Interdisciplinares) e nos projetos organizados pela escola.

## **VIII- PLANOS DE AÇÃO ESPECÍFICOS**

- Plano de Ação do Atendimento Educacional Especializado (AEE): Sala de Recursos Generalista (SRG)

## **JUSTIFICATIVA**

O Atendimento Educacional Especializado tem como função identificar elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos estudantes, considerando suas necessidades específicas. As atividades desenvolvidas neste espaço se diferenciam daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas da aula propriamente dita. (MEC, 2008). O atendimento realizado nas Salas de Recursos é definido nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (CNE/CEB, 2001) como um atendimento de natureza pedagógica, conduzido por professor especializado, com aptidão comprovada, cuja finalidade é oferecer suporte educacional especializado aos estudantes com DI, DF, DMU e TEA, nas Unidades Escolares. Tendo como principal objetivo complementar as orientações curriculares desenvolvidas em classes comuns em todas as etapas e modalidades da Educação Básica. (CNE/CEB, 2001).

## **OBJETIVOS**

Propiciar ao estudante com deficiência, atividades específicas e apoio complementar sua formação, para que possa colaborar para derrubar as barreiras, explorando ao máximo suas competências e habilidades de forma a incluir o estudante com deficiência em todos os espaços da escola, preparando-os para terem cada vez mais autonomia, sendo pessoas atuantes e participativas no mundo em que vivemos.

Desenvolver diferentes atividades que promovam a complementação e suplementação das atividades oferecidas na classe comum, com vistas ao pleno desenvolvimento dos discentes matriculados nesta unidade de ensino.

## **METAS**

- Fazer o levantamento dos ANEES junto à secretaria escolar juntamente com suas documentações para realizar o acolhimento dentro do ambiente escolar;
- Participar efetivamente dos eventos planejados no PPP da escola;
- Participar da elaboração do Projeto Político Pedagógico da escola, acompanhando a execução do mesmo de forma cooperativa e participativa;

- Promover a Conscientização e Promoção da Educação Inclusiva aos ANEES;
- Promover a valorização da educação inclusiva visando garantir a igualdade de oportunidades no ambiente escolar.

### **AÇÕES**

- Sugestões de praticas inclusivas no acolhimento dos estudantes com deficiência;
- Apresentar a listagem inicial dos alunos ANEE, orientação sobre os diferentes tipos de deficiências e sugestão das adequações curriculares iniciais;
- Realizar entrevista com os responsáveis do aluno matriculado na Sala de Recursos;
- Utilizar o espaço da coordenação coletiva para esclarecer o que é o AEE, sua função e as atribuições específicas do professor do AEE;
- Atender e orientar aos pais, responsáveis e estudantes quanto ao atendimento da Sala de Recursos;
- Articular juntamente com o OE e SEAA ações que serão executadas no ambiente escolar;
- Elaborar e realizar os Estudos de Caso de todos os ANEE da instituição de ensino;
- Promover espaços de assessoria pedagógica aos professores regentes com a vistas auxiliar na organização das atividades pedagógicas desenvolvidas em sala de aula;
- Organizar atividades da Semana Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência;
- Participar e apoiar os alunos ANEE nas atividades promovidas pela escola como passeios, gincanas, visitas, desfiles, festividades, feira de ciências etc.;
- Promover momentos de formação, estruturação, avaliação e reflexões diante da elaboração e implementação das Adequações Curriculares feitas pelos professores regentes. O referido documento é de responsabilidade do professor regente sendo o professor do AEE auxiliador de sua elaboração.

### **RESPONSÁVEL**

Professora Maria Adelia e professora Sandra Alves

### **CRONOGRAMA**

Durante o ano letivo de 2024.

- Plano de Ação do Atendimento Educacional Especializado (AEE): Sala de Recursos Específica (Deficiência Visual)

Profissionais da Sala de Recursos Específica de Deficiência Visual:

- Dorilene Freitas de Oliveira Matrícula: 204006-9;
- Edgon Silva Marciel Matrícula: 220622-6;
- Heraldo Henrique de Carvalho dos Anjos Matrícula: 220358-8;

### **INTRODUÇÃO:**

A educação inclusiva se baseia em uma educação para todos, para isso é essencial que a escola tenha a participação de todos os alunos com ou sem deficiência, família e membros da escola, porém mesmo com todos envolvidos é preciso que tenhamos na escola pessoas especializadas, no caso um profissional de Atendimento Educacional Especializado (AEE – DV). O funcionamento da sala multifuncional de DV tem como Polo o Centro de Ensino Fundamental 35 e atende todas as escolas de Ceilândia incluindo Anos Finais (6º ao 9º ano) e Ensino Médio. A sala tem a participação de envolver a todos com respeito apesar das diferenças proporcionando às escolas a igualdade e acessibilidade.

### **OBJETIVO GERAL:**

- Desenvolver parceria entre professores de classe regular e demais membros da escola com o professor de AEE específico ao DV.
- Estabelecer estratégias de ensino e recursos para os alunos cegos, baixa visão e monocular;
- Integrar os demais alunos da escola com os alunos cegos, de baixa visão e monoculares.

### **JUSTIFICATIVA:**

Com base nas Diretrizes Operacionais da Educação Especial na Perspectiva Inclusiva (2008) e nos princípios de uma escola em que cada estudante tem a possibilidade de aprender a partir de suas aptidões e capacidades, este plano de ação visa estabelecer um trabalho de inclusão de pessoas cegas, com baixa visão ou monoculares, tendo o atendimento de AEE com grande apoio para a classe regular de ensino envolvendo toda a equipe gestora, professores da sala regular, da coordenação pedagógica, dos monitores e do CEF 35 no processo de socialização e de aprendizagem, tendo a sala multifuncional um apoio que dá os subsídios para o professor das classes normais.

O trabalho se justifica pela necessidade existente das escolas de terem um profissional especializado nesses atendimentos, sobretudo em escolas que possuem alunos com deficiência visual para que se construam materiais específicos para esses alunos como transcrição da escrita em Braille, e material didático tendo o conteúdo que pode ser manuseado e confeccionado para uso tátil, como também a produção de material em áudio para os alunos, recurso muito utilizado no trabalho remoto.

### **OBJETIVOS ESPECÍFICOS:**

- Conhecer os estudantes e a escola verificando suas necessidades;
- Trabalhar a questão da cegueira com os professores orientações e informações pertinentes;
- Estabelecer e preparar a sala de AEE no Polo e na escola;
- Buscar recursos para a sala de AEE;
- Identificar e estabelecer formas de minimizar as barreiras físicas;
- Identificar ambientes da escola com identificações táteis;
- Integrar todas as turmas da escola na confecção de materiais táteis;
- Fazer passeios de reconhecimento da escola com alunos cegos;
- Trabalhar com recursos de leitura e escrita Braille;
- Preparar e modificar matérias escritas para forma Braille;
- Confeção do alfabeto Braille;
- Conforme o Decreto 6.571 de 17 de setembro de 2008, os objetivos do AEE

são: I – prover condições de acesso, participação e aprendizagem no ensino regular aos alunos no Artigo 1º, com este objetivo será apresentado um Projeto para Desenvolvimento de Atividades Pedagógicas Acessíveis para Estudantes com Deficiência Visual, com o professor do Projeto Wesley Pereira da Silva realizado no Polo no Centro de Ensino Fundamental 35. Descrição do projeto: Neste projeto, apresentamos uma proposta de desenvolvimento de Atividades Pedagógicas Acessíveis para estudantes com deficiência visual e a criação e implementação de um website com o objetivo de organizar tais atividades de forma acessível na internet. Objetivando a utilização de ambientes de criação com licença livre, com código aberto, optamos pelo uso do Sistema Dosvox e também do uso de uma impressora 3D. Acreditamos que a proposta pode caminhar junto com a formação continuada dos professores, de modo a ampliar o alcance das ações pedagógicas promotoras da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva.

### **METAS:**

- Espera-se que os educadores desenvolvam a solidariedade e flexibilidade para responder aos desafios de apoiarem os alunos com deficiência visual na participação da escola, com o compromisso de fazer o ensino inclusivo acontecer com espontaneidade, trabalhando em equipes, desenvolvendo novas habilidades e promovendo uma educação de qualidade a todos os alunos.
- Que os nossos alunos com deficiência visual possam ter uma melhor integração e participação ativa nos espaços da escola e mobilidade pelos ambientes escolares, porém umas das maiores dificuldades é o preconceito expressado muitas vezes, pela superproteção ou negligência.
- Que as escolas possam estar preparadas para receber os alunos com Deficiência Visual, pois em sua maioria não estão preparados e não apresenta uma escola com acessibilidade.
- Espera-se que as escolas adquiram recursos para os alunos como: reglete, máquina de escrever em Braille, computadores com softwares específicos, para que nossos alunos não se tornem apenas um ouvinte em sala de aula, sem autonomia para fazer suas próprias atividades.

#### **METODOLOGIA:**

- A inclusão de alunos com baixa visão e cegueira tem grande potencial de se desenvolver apesar de suas limitações, o professor de AEE tem um grande papel na educação e na formação do aluno como cidadão ativo, cabe ao professor avaliar as necessidades e as possibilidades de intervenção, bem como planejar as ações junto às famílias e a escola, e intermediar todo o processo de construção do Braille na escola.
- O professor de AEE deve buscar recursos para ajudar os alunos com baixa visão como auxílios ópticos, não ópticos, auxílios de ampliação, eletrônica e de informática, iluminação, contrastes, ampliação entre outros como materiais de uso diário como canetas e lápis especiais, pauta ampliada etc.
- Além do contexto relacionado à busca de recursos materiais, desenvolvimento da leitura e escrita o professor de AEE deve procurar a acessibilidade da escola para que o aluno com deficiência visual possa estar em um ambiente sem riscos e usufruindo de todos os espaços, podendo conviver com as demais pessoas de maneira igualitária.
- O professor de AEE deve em um primeiro momento identificar as dificuldades apresentadas pelo aluno avaliando possíveis intervenções a serem feitas no ambiente escolar buscando recursos juntamente com a escola no caso da acessibilidade, além de recursos



didáticos e material em Braille, por ter conhecimento específico na área da inclusão promover diálogo e discussões acerca da deficiência visual como formação dos professores, preparação da sala multifuncional e sua implementação na escola.

➤ Durante o andamento das aulas o professor de AEE trabalhará com o aluno separadamente para que ele aprenda a desenvolver a escrita e leitura Braille, em um segundo momento ele fará a transcrição do material didático a ser usado pelo aluno durante a aula regular, para isso é essencial que a escola disponha de recursos como reglete, máquina de escrever Braille, além do auxílio de softwares, é muito importante que o aluno reconheça o ambiente escolar onde o professor de AEE poderá fazer saídas de campo com o aluno para desenvolver sua autonomia no ambiente.

➤ Todas as atividades realizadas com o aluno devem ter o apoio do professor da sala normal onde buscarão estratégias de elaboração de materiais a serem usados pelo aluno em forma de recursos táteis para que fique em exposição e contato do conteúdo com a sua forma prática, como por exemplo, maquetes, mapas táteis etc.

➤ O professor de AEE terá papel fundamental na escola e desenvolverá as devidas modificações quando necessário, devendo estar em constante avaliação todo o contexto escolar envolvido na educação do estudante.

#### **CRONOGRAMA:**

➤ O objetivo é que as metas e as ações ocorram durante todo o ano letivo de 2024.

➤ O projeto da Impressora 3D está em prática desde o segundo semestre de 2021.

#### **CONSIDERAÇÕES FINAIS:**

Ao realizar o plano de ação observaram-se inúmeras necessidades existentes nas escolas devendo adequá-las para que ocorra realmente a educação para todos, onde o aluno com deficiência visual se sinta parte integrante da escola e tenha sua cidadania garantida, onde o professor de AEE possa transmitir conhecimentos aos demais e integrá-los de forma consciente no processo educacional inclusivo.

#### **- Plano de Ação da Biblioteca Escolar**

Objetivos: Prover os estudantes com os livros didáticos fornecidos pelo PNLD/MEC vigente; Realizar o empréstimo de dicionários (Língua Portuguesa e Inglês/Português) de

acordo com a necessidade de uso em sala de aula; Atender aos estudantes que desejarem ler durante os intervalos ou horários vagos; Fornecer material e orientar estudantes em pesquisas e realização de trabalhos solicitados pelos professores; Fornecer materiais (livros antigos, revistas, jornais, etc.) para recorte, mantidos especificamente para este fim, na modalidade de empréstimo; Incentivar a prática da leitura entre os nossos estudantes; Realizar empréstimo de literatura para leitura livre dos estudantes, em casa.

Ações: Entregar e recolher os livros didáticos e literários; Confeção de ficha individual para empréstimo de livros literários; Realizar o empréstimo de livros literários, receber e/ou cobrar a devolução dentro do prazo estipulado; Organização e divulgação do acervo da Biblioteca; Catalogação de todos os livros existentes na Sala de Leitura; Supervisão e assistência aos estudantes nos trabalhos requisitados pelos professores; Divulgação do acervo da Biblioteca na sala de aula;

Metas: Elevar o desempenho acadêmico dos estudantes; Revitalizar o espaço físico e o acervo bibliográfico; Manter registro atualizado e organização de todos os livros existentes no acervo, com informações que possibilite a sua localização em qualquer tempo; Incentivar o gosto pela leitura; Despertar a curiosidade para os diversos gêneros textuais; Valorizar o leitor. Indicadores: Análise crítica do acervo existente; Empenho do estudante na realização de estudo e pesquisa propostas pelos professores; Informalmente, considerando a procura, o interesse e a participação da comunidade escolar nas atividades sugeridas; Informações, diálogos, críticas e sugestões nas coordenações coletivas; Observação das críticas positivas e negativas da comunidade Prazos: Entrega do livro didático (PNLD): no início do ano letivo Recolhimento do livro didático (PNLD): no encerramento do ano letivo. Outras atividades: no decorrer do ano letivo, de acordo com necessidades/solicitação dos professores e/ou livre escolha do estudante.

Recursos Necessários: Sala destinada à guarda do acervo didático e literário da escola; Mobiliário (prateleiras, balcão, etc.) para disposição dos livros de forma acessível aos estudantes e professores; Mesas e cadeiras para uso do estudante no momento de leitura livre e/ou pesquisa e execução de trabalhos acadêmicos; Mesas de trabalho para uso dos profissionais atuantes no setor; Fichas individuais para cadastro e registro do empréstimo de livros aos estudantes; Computador para registro do acervo, das atividades e eventuais pesquisas na Internet. Responsáveis: Simone da Conceição Marques e Francisca Lúcia Alves de Araújo.

### **- Plano de Ação da Coordenação Pedagógica**

Na rede pública de ensino do Distrito Federal a Coordenação Pedagógica é pensada como um espaço/tempo institucionalizado de desenvolvimento profissional e melhoria do processo ensino-aprendizagem e tem por finalidade: Art. 119. [...] planejar, orientar e acompanhar as atividades didático pedagógicas, a fim de dar suporte ao Projeto Político Pedagógico, promovendo ações que contribuam para a implementação das Orientações Curriculares da Secretaria de Estado de Educação em vigor. (REGIMENTO ESCOLAR DAS INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS DA REDE PÚBLICA DE ENSINO DO DISTRITO FEDERAL, 2015). Regulamentada por meio da Portaria nº 29 de 06 de fevereiro de 2006, que assegura aos profissionais na escola espaços e tempos em que se podem discutir o planejamento, refletir sobre o trabalho pedagógico e organizá-lo visando à qualidade dos serviços prestados, a realização da coordenação pedagógica também é atribuída como responsabilidade do Coordenador Pedagógico. Leia-se a redação vigente:

Art. 121º O planejamento e a realização da Coordenação Pedagógica Local são de responsabilidade dos integrantes da direção da instituição educacional, bem como dos coordenadores pedagógicos, com a participação da equipe de professores, em consonância com as 37 equipes de Coordenação Intermediária e Central. (DISTRITO FEDERAL, Portaria Nº 29 de 06 de fevereiro de 2006). Nesse contexto, o Coordenador o Coordenador Pedagógico deve: I – Elaborar, anualmente, Plano de Ação das atividades de coordenação pedagógica na unidade escolar; II – participar da elaboração, da implementação, do acompanhamento e da avaliação da Proposta Pedagógica da instituição educacional; III – orientar e coordenar a participação docente nas fases de elaboração, de execução, de implementação e de avaliação da Organização Curricular; IV - articular ações pedagógicas entre os diversos segmentos da unidade escolar e a Coordenação Regional de Ensino, assegurando o fluxo de informações e o exercício da gestão democrática; V - divulgar e incentivar a participação dos professores em todas as ações pedagógicas promovidas pela SEEDF; VI - estimular, orientar e acompanhar o trabalho docente na implementação do Currículo da Educação Básica e das Orientações Pedagógicas da SEEDF, por meio de pesquisas, de estudos individuais e em equipe, e de oficinas pedagógicas locais, assegurando a coordenação pedagógica como espaço de formação continuada; VII - divulgar, estimular e apoiar o uso de recursos tecnológicos, no âmbito da unidade escolar; VIII – Colaborar com os processos de avaliação institucional, articulando os três níveis de avaliação com vistas à melhoria do processo de ensino e aprendizagem e recuperação dos rendimentos/ desempenho escolar; (Regimento Escolar das

Instituições Educacionais da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, Art. 120, 2015). Atualmente com o novo Plano de Carreira do Magistério Público do Distrito Federal, aprovado pela Lei nº 5.105, de 03 de maio de 2013, considera-se: Art. 2º Para efeitos desta Lei considera-se: IX – Coordenação pedagógica: o conjunto de atividades destinadas à qualificação, à formação continuada e ao planejamento pedagógico que, desenvolvidas pelo docente, dão suporte à atividade de regência de classe. Art. 10º Ficam assegurados ao professor de educação básica, em regência de classe nas unidades escolares, os seguintes percentuais mínimos de coordenação pedagógica: I – trinta e três por cento para regime de trabalho de vinte horas semanais; II – trinta e sete e meio por cento para regime de trabalho de quarenta horas semanais. § 2º A distribuição da carga horária, bem como a sua alteração, o turno de trabalho e a coordenação pedagógica, são objeto de normas editadas pela Secretaria de Estado de Educação, devendo o período de coordenação pedagógica ser dedicado a atividades de qualificação, formação continuada e planejamento pedagógico. Diante disso, semanalmente, os professores terão três espaços/tempos de Coordenação Pedagógica na escola, sendo que uma coordenação coletiva com a Direção e professores às quartas-feiras e duas coordenações individuais, no entanto, uma das coordenações individuais poderá ser usada para sua formação continuada.

- Plano de ação do Conselho Escolar

### **OBJETIVOS**

O Conselho Escolar participa em acompanhar e aprovar a efetivação do Projeto Político Pedagógico da escola, analisando e garantindo a participação democrática na elaboração do mesmo, bem como do Regimento Escolar.

### **METAS**

- Participar da elaboração do Projeto Político Pedagógico da escola, acompanhando a execução do mesmo de forma cooperativa e participativa;

Avaliar os resultados e contribuir com soluções para os problemas identificados.

Aprovar, acompanhar, fiscalizar e divulgar o uso das verbas administrativas pela escola

### **AÇÕES**

Analisar e propor alternativas de solução a questões de natureza pedagógica, administrativa e financeira detectadas pelo próprio Conselho Escolar.

- Fiscalizar a contabilidade apresentada pela gestão da unidade escolar;
- Proporcionar formação continuada aos conselheiros partindo das necessidades detectadas;

- Zelar pelo cumprimento do Estatuto dos Direitos da Criança e do Adolescente com base na lei nº 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente.

- Acolher queixas e sugestões da comunidade escolar acerca da gestão pedagógica e administrativa da comunidade escolar;

Assessorar, apoiar e colaborar com o diretor em todas as suas atribuições.

- Acompanhar o desenvolvimento da Proposta Pedagógica, sugerindo as alterações que julgar necessárias ao Conselho Escolar do Estabelecimento de Ensino, para deferimento ou não;

- Observar as disposições legais e regulamentares vigentes, inclusive Resoluções emanadas da SEEDF, no que concerne à utilização das dependências da Unidade Escolar para a realização de eventos próprios do Estabelecimento de Ensino;

Promover atividades diferenciadas para toda comunidade;

- Definir junto com o Conselho Escolar a aplicação dos recursos advindos de convênios públicos e prestar conta dos mesmos;

- Fiscalizar a divulgação dos dados e índices de avaliação através dos mecanismos de comunicação implantados pela escola.

### **RESPONSÁVEIS**

Membros eleitos do Conselho Escolar.

### **CRONOGRAMA**

Durante o ano letivo de 2024.

- Plano de ação do serviço do Orientador Educacional (SOE)

De acordo com a Orientação Pedagógica da Orientação Educacional o (a) Pedagogo (a) - Orientador (a) Educacional integra-se à equipe pedagógica da Unidade Escolar incorporando suas ações ao processo educativo global, na perspectiva da Educação em e para os Direitos Humanos, Cidadania, Diversidade e Sustentabilidade, objetivando a aprendizagem e o desenvolvimento integral do estudante. (2019, p. 30)

Tendo em vista o que está preconizado no Regimento da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, disposto no Art. 127. A atuação do Pedagogo-Orientador Educacional deve partir do princípio da ação coletiva, contextualizada, integrada ao Projeto Político Pedagógico - PPP, visando à aprendizagem e ao desenvolvimento integral do estudante como ser autônomo, crítico, participativo, criativo e protagonista, capaz de interagir no meio social e escolar e de exercer sua cidadania com responsabilidade. (2019, p.59)

Assim sendo, segue o planejamento da Orientação Educacional para o presente ano letivo:

<b>METAS:</b>	
1.	Estruturação e organização da Orientação Educacional dentro do ambiente escolar.
2.	Atualização e organização de formulários de encaminhamentos, relatório e material de apoio que estruturam o trabalho do Serviço de Orientação Educacional.
3.	Promoção da identidade do trabalho da Orientação Educacional dentro da escola.
4.	Participação efetiva na construção da Proposta Pedagógica.
5.	Elaboração do plano de ação anual da Orientação Educacional.
6.	Participação em ações e projetos da Coordenação Intermediária.
7.	Intervenção e Acompanhamento na garantia e defesa dos direitos das crianças, adolescentes, adultos e idosos.
8.	Acompanhamento pedagógico e acolhimento individual e coletivo.
9.	Ações Educativas Individuais e Coletivas.
10.	Fortalecimento da parceria família e escola.
11.	Acolhimento e mediação de conflitos familiares.
12.	Articulação com as Redes de Proteção Social.
13.	Projetos e ações juntamente com toda comunidade escolar.

TEMÁTICA	FUNDAMENTAÇÃO CURRICULAR			ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS	EIXO DE AÇÃO	PERÍODO DE EXECUÇÃO
	Ed. Cidadania DH	Ed. Diversidade	Ed. Sustent.			

Estruturação do espaço da Orientação Educacional	X	X	X	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Organização do espaço físico da Orientação Educacional.</li> <li>✓ Organização dos formulários de encaminhamento, relatórios e material de apoio utilizados dentro Orientação Educacional.</li> <li>✓ Acompanhamento das turmas e coordenação.</li> <li>✓ Produção de material informativo para divulgação na escola.</li> </ul>	Implantação da Orientação Educacional	Durante todo o ano de 2024.
--	---	---	---	---	---------------------------------------	-----------------------------

Desenvolvimento de Competências socioemocionais			X	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Promover e coordenar reuniões pedagógicas e grupos de estudo para reflexão e aprofundamento de temas relativos ao trabalho pedagógico e para a elaboração de propostas de intervenção na realidade da escola;</li> <li>✓ Organizar e conduzir reuniões de pais, de professores, de funcionários e pedagógicas afins;</li> <li>✓ Desenvolver trabalho de conscientização com os estudantes e os pais sempre convidando-os para participar da escola;</li> <li>✓ Estar atento ao processo ensino-aprendizagem e avaliação;</li> <li>✓ Participar de reuniões pedagógicas que se fizerem necessárias;</li> <li>✓ Implementar e realimentar o P.P.P. da escola;</li> <li>✓ Conscientizar todos os segmentos da escola para o cumprimento do Regimento Escolar;</li> <li>✓ Dar atendimento a pais e estudantes em horário específicos.</li> </ul>	Ações junto aos professores e Ações junto aos estudantes e Ações junto às famílias e Ações em rede	Semanal Mensal Bimestral
---	--	--	---	---	--	--------------------------



Inclusão de diversidade		X		<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Promover juntamente com a equipe de apoio à aprendizagem, encontros e palestras para sanar dúvidas sobre a inclusão, adequação curricular.</li> <li>✓ Organização e execução de atividades temáticas relevantes.</li> </ul>	<p>Ação institucional</p> <p>Ação junto aos professores</p> <p>Ações junto aos estudantes</p> <p>Ações junto à família</p> <p>Ação em rede</p>	<p>Mensal</p> <p>Bimestral</p> <p>Semestral</p> <p>Anual</p>
Cultura de paz	X	X	X	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Diálogo e mediação na resolução de conflitos;</li> <li>✓ Escuta ativa de estudantes e professores;</li> <li>✓ Rodas de conversas que oportunizam momentos de busca, análise e ação-reflexão-crescimento;</li> <li>✓ Organização e confecção de materiais que conduzam às vivências e atitudes cotidianas de paz.</li> </ul>	<p>Ações junto aos professores</p> <p>Ações junto ao estudante</p>	<p>Durante o ano</p>
Projeto de Vida			X	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Roda de conversas e atividades educativas que ajudarão na construção do projeto de vida de cada estudante.</li> </ul>	<p>Ações junto ao estudante</p>	<p>Semanal</p>

Integração Família/Escola e Evasão Encaminhamento à Rede Externa	X		X	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Acompanhar a frequência escolar.</li> <li>✓ Entrar em contato por telefone com as famílias de estudantes que não acessaram a plataforma ou não pegaram as atividades impressas na escola.</li> <li>✓ Participação em reunião de pais.</li> <li>✓ Encaminhamento à rede externa os estudantes que evadiram.</li> </ul>	<p>Ação Institucional Ação junto aos professores Ações junto aos estudantes</p> <p>Ação junto à família</p> <p>Ação em rede</p>	Bimestral Semestral
Saúde			X	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Promover rodas de conversas para conscientização pelo fim da violência contra a mulher.</li> <li>✓ Atividades relacionadas ao Dia Nacional de Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes (18 de Maio).</li> <li>✓ Organização de material, vídeos, textos explicativos relativos à Lei Maria da Penha.</li> <li>✓ Projeto de valorização da vida (setembro Amarelo).</li> <li>✓ Roda de conversas sobre a temática de valorização da vida.</li> <li>✓ Postagens, textos, vídeos informativos de conscientização ao combate ao câncer de mama.</li> </ul>	<p>Ação junto aos professores</p> <p>Ações junto aos estudantes</p> <p>Ação junto à família</p> <p>Ação em rede</p>	Anual

Prevenção ao uso de drogas			X	<p>✓ Articulação com as redes externas de assistência e disponibilizá-las aos estudantes e família que fazem uso de drogas.</p> <p>✓ Organização e criação de vídeos e mensagens de prevenção ao uso de drogas.</p>	<p>Ações junto aos estudantes</p> <p>Ação junto à família</p> <p>Ação em rede</p>	Anual
Projeto de Transição	X		X	<p>✓ Promover atividades de adaptação dos estudantes dos 6º e 9º anos e contribuir para que eles tenham uma transição tranquila.</p> <p>✓ Organização de material explicativo para que as famílias compreendam as mudanças físicas, afetivas e sociais da transição.</p>	<p>Ações junto aos estudantes</p> <p>Ação junto à família</p>	Anual

**Instrumentos de Avaliação e Indicadores de Resultados:**

A aprendizagem será examinada constantemente, por meio das atividades realizadas nos encontros, como autoavaliação, observação, produções, comentários, criações e trabalhos em grupos. Pode utilizar-se dos seguintes instrumentos: ficha do aluno, registros do conselho de classe, registros do planejamento coletivo, dentre outros.

### **- Plano de ação da Equipe Especializada de Apoio à Aprendizagem EEAA**

O SEAA (Serviço Especializado de Apoio à Aprendizagem) tem por objetivo a promoção da melhoria da qualidade do processo de ensino e de aprendizagem, por meio de ações institucionais, preventivas e interventivas. O serviço atua na promoção de ações que viabilizem a reflexão e a conscientização de funções e responsabilidades dos atores da escola, professores, gestores, bem como no apoio à equipe escolar. A EEAA constitui-se em um serviço de apoio técnico-pedagógico, de caráter multidisciplinar, composto por profissionais com formação em Psicologia e em Pedagogia. A EEAA do CEF 35 é composta por apenas uma pedagoga, e não há atuação de psicólogo escolar.

O Plano de Ação de 2024 está pautado em intervenções de acompanhamento ao trabalho coletivo e principalmente ao acolhimento dos estudantes e docentes com o objetivo de fortalecer a comunidade escolar. É um documento que será construído ao longo do ano, podendo ser adequado à realidade de cada momento escolar, de acordo com as necessidades. Assim, proporcionar à Equipe de Apoio à Aprendizagem uma perspectiva abrangente e detalhada do ambiente escolar, permitindo uma atuação preventiva e interventiva eficaz. Ao analisar minuciosamente a estrutura, funcionamento e dinâmica da escola, realizar o mapeamento institucional para identificar potenciais áreas de vulnerabilidade e necessidades específicas dos estudantes.

Os documentos normativos que norteiam esse Plano de Ação são: Orientação Pedagógica do SEAA; Portaria 1.273, sobre os critérios de atuação; Estratégia de matrícula; Portaria 414/2022, sobre o atendimento aos TFEs; Regimento Escolar; Currículo em Movimento – Caderno de Pressupostos teóricos; Currículo em Movimento – Organização curricular; Diretrizes de Avaliação da SEDF; Guia de Acolhimento e Fluxo de encaminhamento para a saúde.

O Centro de Ensino Fundamental 35 oferece educação em tempo integral, atua nos segmentos do Ensino Fundamental, anos finais (6º ao 9º ano), assumindo a finalidade de oferecer

serviços educacionais, entendendo o estudante como ser social que tem direito à educação como elemento essencial para sua realização como ser humano e para o exercício da cidadania, contribuindo para a formação de indivíduos críticos, criativos na vida cultural, política e social.

<b>Eixo: Projetos e Ações Institucionais</b>					
Ações/Demandas	Objetivos	Procedimentos/ Estratégias	Cronograma	Profissionais envolvidos	Avaliação

Realizar Mapeamento Institucional	<p>1. Conhecer a realidade escolar;</p> <p>2. Mapear os atores da comunidade escolar (Professores, estudantes, famílias e servidores), para a partir desse mapeamento, pensar nos eixos de intervenções.</p> <p>3. Sugerir ações que fortaleçam a superação das dificuldades identificadas.</p>	<p>1. Análise documental e leitura do PPP da escola;</p> <p>2. A observação do contexto escolar será realizada por meio da participação nas coordenações setorizadas por área e pelas coordenações coletivas.</p> <p>3. Coleta de dados importantes.</p> <p>4. Compreensão da função social da escola e o perfil da comunidade escolar.</p>	Durante todo o ano letivo de 2024	Pedagoga da EEAA Equipe gestora	<p>- A avaliação será contínua.</p> <p>- Realizar observações e análises constantes para avaliar a eficácia das ações implementadas, identificar novas necessidades e ajustar as estratégias conforme necessário.</p> <p>- Ao manter o mapeamento como um processo contínuo, a Escola pode adaptar-se de forma mais ágil às demandas e desafios que surgem ao longo do ano, garantindo assim a oferta de uma educação de qualidade e alinhada às necessidades dos estudantes e da comunidade.</p>
-----------------------------------	---	---	-----------------------------------	---------------------------------	---

### Eixo: Observação do Contexto Escolar

Ações/Demandas	Objetivos	Procedimentos/ Estratégias	Cronograma	Profissionais envolvidos	Avaliação
----------------	-----------	-------------------------------	------------	--------------------------	-----------

Acolhimento, assessoria aos professores e amparando as ações pedagógicas dos professores (Escuta Ativa)	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Acolher o professor quando necessitar de apoio emocional e pedagógico.</li> <li>2. Resignificar práticas pedagógicas em sala de aula.</li> <li>3. Fornecer suporte e apoio ao docente.</li> <li>4. Orientar o professor com sugestão de intervenções.</li> <li>5. Sistematizar os saberes e seus métodos de trabalho.</li> </ol>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Participação nas coordenações coletivas e quando necessário, nas coordenações nas setorizadas.</li> <li>2. Observações escuta das queixas apresentadas.</li> <li>3. Conversas com os professores sobre as estratégias de intervenções.</li> <li>4. Registro das observações e acompanhamentos.</li> <li>5. Oficinas e palestras.</li> </ol>	Durante todo o ano letivo	Pedagoga da EEAA Orientação Educacional Professores Parceria do SEBRAE	<p>Formulário de avaliação.</p> <p>Avaliação das sugestões de intervenções junto aos docentes.</p> <p>Observações diretas realizadas ao longo de cada bimestre.</p>
---	--	---	---------------------------	---	---

### Eixo: Projetos e Ações Institucionais

Ações/Demandas	Objetivos	Procedimentos/ Estratégias	Cronograma	Profissionais envolvidos	Avaliação
----------------	-----------	-------------------------------	------------	--------------------------	-----------

Assessoria aos estudantes com dificuldade de aprendizagem	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Identificar as necessidades individuais dos estudantes com dificuldade de aprendizagem.</li> <li>2. Desenvolver, juntamente com os professores, estratégias de intervenções com esses estudantes.</li> <li>3. Promover a autoestima e a confiança dos estudantes, incentivando uma atitude positiva em relação ao aprendizado.</li> <li>4. Entrevista com a família para coleta de dados.</li> </ol>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Fazer a leitura das avaliações diagnósticas iniciais.</li> <li>2. Promover atividades de aprendizagem colaborativa que incentivem a troca de conhecimento entre os estudantes.</li> <li>4. Fornecer orientação aos professores sobre estratégias diferenciadas.</li> <li>5. Envolver os pais/responsáveis no processo educacional.</li> </ol>	Durante todo o ano letivo	Pedagogas EEAA Orientação Educacional Sala de Recursos Generalista Coordenadores Equipe Gestora	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Formulário de avaliação.</li> <li>- Avaliação diagnóstica inicial e final.</li> <li>- Escuta de diversos atores institucionais para compreender as dificuldades.</li> </ul>
---	--	---	---------------------------	--	--

### Eixo: Formação continuada de professores

Ações/Demandas	Objetivos	Procedimentos / Estratégias	Cronograma	Profissionais envolvidos	Avaliação
----------------	-----------	-----------------------------	------------	--------------------------	-----------



Oficinas temáticas para os professores e outros servidores da escola	1. Oportunizar assessoramento ao trabalho coletivo. 2. Fornecer aprimoramento das práticas pedagógicas dos docentes.	1. Estudo dos temas e planejamento das oficinas. 2. Utilização de recursos tecnológicos, vídeos e filmes. 3. Articulação com pessoas capacitadas para ministrar as oficinas oferecidas, como por exemplo, o SEBRAE. 4. Sondagem do grupo com levantamento de temas pertinentes.	Durante todo o ano letivo	Pedagogas EEAA Orientação Escolar Equipe Gestora Coordenadores SEBRAE	Avaliação nas coletivas da escola por meio da socialização e opinião dos participantes.  Formulário de avaliação.
--	---	--	---------------------------	--	---

**Eixo: Coordenação Coletiva da SEAA**

Ações/Demandas	Objetivos	Procedimentos/ Estratégias	Cronograma	Profissionais envolvidos	Avaliação
----------------	-----------	-------------------------------	------------	--------------------------	-----------

Participação nos Encontros de Articulações Pedagógicas de coordenação coletivas e setorizadas do SEEA.	<p>1. Participar das reuniões com os profissionais do SEEA da CRE Ceilândia.</p> <p>2. Compartilhar experiências exitosas e desafios de atuação no SEEA.</p> <p>3. Aprimorar conhecimentos com as orientações e formações ofertadas.</p> <p>4. Dialogar sobre as formas de atuação no SEEA.</p>	<p>1. Trocas de experiências exitosas.</p> <p>2. Encontro para formação e planejamento pedagógico.</p> <p>3. Organização das atividades anuais, repasse das informações da Gerência.</p> <p>4. Compartilhamento dos documentos norteadores do trabalho da EEAA.</p> <p>5. Rodas de conversas.</p> <p>4. Palestras e oficinas.</p>	Todo o ano letivo, nas sextas-feiras. no turno matutino.	Profissionais da SEEA de Ceilândia.	As coordenações são de grande importância e sempre oferecem suporte técnico e emocional para dar continuidade ao trabalho desenvolvido na escola.
--	---	---	--	-------------------------------------	---

### Eixo: Conselhos de Classe

Ações/Demandas	Objetivos	Procedimentos/ Estratégias	Cronograma	Profissionais envolvidos	Avaliação
----------------	-----------	-------------------------------	------------	--------------------------	-----------

Participação nos Conselhos de Classe de cada turma	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Conhecer os estudantes e suas especificidades.</li> <li>2. Emitir parecer do que já foi realizado quando o estudante for acompanhado pela Equipe.</li> <li>3. Acolher as demandas dos professores (Escuta Ativa).</li> <li>4. Trazer reflexões do processo de ensino-aprendizagem, a partir da identificação da metodologia do professor.</li> </ol>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Participação em todos os Conselhos de Classe.</li> <li>2. Acolhimento das queixas dos professores.</li> <li>3. Realização de registros das demandas e sugestões de intervenções.</li> </ol>	Ao final dos bimestres letivos	Pedagoga EEAA, Orientação Educacional Professores, Coordenadores Equipe Gestora	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Avaliação gradual e contínua.</li> <li>- Ao final de cada Conselho, será realizado um encontro com a EEAA juntamente com a Supervisão Pedagógica e Coordenação para avaliação das ações oriundas das falas dos professores.</li> </ul>
<b>Eixo: Estudos de Caso</b>					
Ações/Demandas	Objetivo	Procedimentos/Estratégias	Cronograma	Profissionais envolvidos	Avaliação

Participação nos Estudos de Caso dos ENEEs	<p>1. Auxiliar na melhor forma de enturmação/encaminhamento dos estudantes com necessidades educacionais especiais.</p> <p>2. Acompanhar o estudante e as intervenções feitas.</p> <p>3. Avaliar os avanços e necessidades de apoio desses estudantes.</p> <p>4. Dialogar com todos os profissionais envolvidos.</p> <p>4. Iniciar e acompanhar Processo via SEI para os Estudos de Casos, incluindo os Omissos.</p>	<p>1. O estudo de caso será realizado sempre que necessário, onde os profissionais colocarão suas observações para cada estudante especiais e em seguida será dado o encaminhamento para ele.</p> <p>2. Discussão e análise de cada caso com sugestões de intervenções, encaminhamentos e adequações, priorizando sempre o que for melhor para o estudante.</p> <p>3. Realizar abertura do Processo via SEI para os Casos Omissos e anexar documentação desses estudantes.</p> <p>4. Através de registros escritos, escutas e encaminhamentos.</p>	Conforme calendário sugerido e estratégia de matrícula	Pedagoga EEAA, Orientação Educacional Professores, Coordenadores Equipe Gestora	A avaliação será realizada após o Estudo de Caso, mediante discussão e análise de cada caso com os demais profissionais envolvidos na ação.
--	--	--	--	---	---

**Eixo: Acolhimento aos Estudantes**

Ações/Demandas	Objetivos	Procedimentos/ Estratégias	Cronograma	Profissionais envolvidos	Avaliação
----------------	-----------	----------------------------	------------	--------------------------	-----------

Apoio e auxílio aos estudantes com Transtornos Funcionais Específicos.	1. Acompanhar os estudantes com Transtornos Funcionais Específicos. 2. Criar e manter vínculo com os estudantes. 3. Motivar os estudantes em suas atividades. 4. Fornecer apoio aos estudantes.	1. Realização de avaliação e preenchimento da Ficha de Encaminhamento para atendimento no Polo da SAA, quando necessário. 2. Acompanhamento dos estudantes com TFEs. 3. Manter acompanhamento sistemático com esses estudantes e disponibilizando canais de comunicação com as famílias. 4. Fazer mediação entre professores e estudantes.	Durante todo o ano letivo	Pedagoga EEAA Orientação Educacional Professores	A avaliação será mediada pelo retorno e contato dos estudantes com a EEAA, após os vínculos estabelecidos.
--	--	---	---------------------------	--	--

## IX- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMADO, Jorge: leitura e diálogos em torno de uma obra. Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado, 2004.284p. (Casa de Palavras).

BRASIL. Ministério da Educação. 2018. Base Nacional Comum Curricular. Disponível em: <[http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_EI\\_EF\\_110518\\_versaofinal\\_site.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf)> . Acesso em: 08. mar.2020

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)>. Acesso em: 03. mar.2020.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação. Diretrizes Pedagógicas para a Organização Escolar para o 3º Ciclo. Brasília: SEEDF, 2014.

Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB.  
Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm)>. Acesso em: 03. mar.2020

BRITO L.P. L. Asombra do caos: Ensino de língua x tradição gramatical. Campinas, SP: ALB: Mercado de Letras, 1997.

DE ANDRÉ, M.E.D.A. & Passos, L.F. Avaliação Escolar: Desafios e Perspectivas. In: De Castro, A.D.& Carvalho, A.M.P. (orgs.) Ensinar a Ensinar: Didática para a Escola Fundamental e Média. São Paulo: Thomson Learning, 2001 (pp. 177-195)

FREIRE, Paulo. Educação como prática da liberdade. 30ª Edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.  
LIBÂNEO, J. C. Didática. São Paulo: Cortez, 1994.

BRASIL. Decreto. ECA. Estatuto da Criança e do Adolescente: Lei nº8069, de 13/07/90. Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro, Niterói, 2001

DIRETRIZES PEDAGÓGICAS E OPERACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL NAS UNIDADES ESCOLARES DA REDE PÚBLICA DE ENSINO DO DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. GDF. Brasília – DF, 2018.

**INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO**

TEIXEIRA (INEP). Censo Escolar 2021. Brasília: MEC, 2021.

SAITO, Cecilia. Ação e Percepção nos processos educacionais do corpo em formação. São Paulo: Ed Cidade/Hedra, 2010.

KRASILCHIK, M. As relações pessoais na escola e a avaliação. In: De Castro, A.D.& Carvalho,

A.M.P. (orgs.) Ensinar a Ensinar: Didática para a Escola Fundamental e Média. São Paulo: Thomson Learning, 2001 (pp.165-175)

LACUEVA, A. La Evaluación En La Escuela: una ayuda para seguir aprendiendo. Revista da Faculdade de Educação.v. 23n.1-2 São Paulo Jan./Dez. 1997.

LAFOURCADE, P.D. Planejamento e avaliação do ensino: teoria e prática da avaliação do aprendizado. Tradução de Maria Carneiro da Cunha. São Paulo: IBRASA, 1980. Macedo, H. Avaliação Escolar.

MOURA, Dácio Guimarães de, BARBOSA, Eduardo F. Trabalhando com Projetos – planejamento e gestão e projetos educacionais. 247 p. 2ª ed. Petrópolis – RJ: Vozes, 2007.

MORATORI, Patrick Barbosa. Por que utilizar jogos educativos no processo de ensino aprendizagem. UFRJ. Rio de Janeiro, p. 04, 2003.

**PAROLIN, I. PROFESSORES FORMADORES: A RELAÇÃO ENTRE A FAMÍLIA, A ESCOLA E A APRENDIZAGEM. 2ª edição. São José dos Campos: Pulso Editorial, 2010.**

CITELLI, B. **Produção e leitura de textos no ensino fundamental** – 3 ed. Ed. Cortez, São Paulo, 2003.

VILLAS BOAS, B. M. de F. Projeto de intervenção na escola: mantendo as aprendizagens em dia. Campinas: Papyrus, 2009.

SOARES, E. R. M. Dever de Casa e Avaliação. Araraquara, SP: Junqueira & Marin, 2013.

PELLEGRINI, D. Avaliar para Ensinar Melhor. Revista Nova Escola, Janeiro/Fevereiro, 2003.

PROGESTÃO: Programa de capacitação à distância para gestores escolares: como gerenciar o recurso financeiro? /Brasília: CONSED, 2001.137p. (Caderno de Estudo; Módulo IX).

RIVAIL, Hippolyte Leon Denizard. Textos pedagógicos, Tradução de Dora Incontri. 150p. 1ªed. Bragança Paulista-SP: Comenius, 2005.

SANT'ANNA, Ilza Martins. Porque Avaliar? Como Avaliar? Critérios e Instrumentos. Petrópolis: Vozes, 1995.

SILVA, A.V.; Pellegrini, D. Guimarães, C. Avaliação: O Check-Up do ensino. Revista Nova Escola, Agosto, 1997.

SEEDF. Currículo em Movimento das Escolas Públicas do Distrito Federal. Disponível em: <[http://www.se.df.gov.br/wp-conteudo/uploads/2018/02/Curri%CC%81culo-em-Movimento-Ens-fundamental\\_19dez18.pdf](http://www.se.df.gov.br/wp-conteudo/uploads/2018/02/Curri%CC%81culo-em-Movimento-Ens-fundamental_19dez18.pdf)>. Acesso em: 02. mar. 2020

Currículo em Movimento das Escolas Públicas do Distrito Federal: Pressupostos teóricos. Disponível em: <<https://issuu.com/sedf/docs/1-pressupostos-teoricos>>. Acesso em: 02. mar. 2020

VASCONCELOS, Eduardo Alcântara de (1993). Agrupamento de Escolas Rurais: Alternativa para o Impasse da Educação Rural? Cadernos de Pesquisa, São Paulo, nº 86.65-73.



## 11 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DA UNIDADE ESCOLAR

### I – PLANEJAMENTO EM REDE

<https://drive.google.com/drive/folders/1wAnnlxwy9XkjJMj1jwKIbWgkVwURZ5x4?usp=sharing>

### II - PROJETOS ESPECIFICOS DA PARTE FLEXÍVEL

[https://drive.google.com/drive/folders/1EsG79-T63fniJOjq5G16ZC8oKQ-DhxPM?usp=drive\\_link](https://drive.google.com/drive/folders/1EsG79-T63fniJOjq5G16ZC8oKQ-DhxPM?usp=drive_link)

#### PROGRAMAS E PROJETOS INSTITUCIONAIS

##### Programas e Projetos institucionais desenvolvidos na Unidade Escolar

<b>IDENTIFICAÇÃO</b>	
<b>Título Do Projeto: SUPERAÇÃO</b>	
<b>Etapas: TODOS</b>	<b>Total de estudantes envolvidos: 32</b>
<b>Áreas de conhecimento: TODAS</b>	
<b>Equipe responsável: todos os professores, coordenação e direção escolar</b>	
<b>JUSTIFICATIVA</b>	
O projeto superação tenciona atender aos estudantes em situação de incompatibilidade idade/ano no ensino fundamental, com objetivo de recuperar as aprendizagens e diminuir os impactos na trajetória escolar do estudante, objetivando a progressão do estudante e, portanto, sua reconstrução. As diretrizes desse projeto são apresentadas por meio da portaria nº. 133 de 2023.	

<b>PROBLEMATIZAÇÃO</b>	
Como recuperar a trajetória do estudante em distorção idade/ano e recuperar suas aprendizagens?	
<b>OBJETIVOS</b>	
<b>GERAL</b>	Identificar os estudantes fora do fluxo para recuperar suas aprendizagens e uma possível correção de turma.
<b>ESPECÍFICOS</b>	Realizar acompanhamento sistemático dos alunos, registrando as ações e os resultados obtidos.
<b>CONTEÚDOS</b>	
De acordo com o conteúdo programático do currículo em movimento em cada componente curricular	
<b>ESTRATÉGIAS</b>	
Dependerá de cada professor e seu componente curricular traçar as estratégias específicas das intervenções.	
<b>RECURSOS</b>	
Materiais de uso de sala de aula a depender do professor.	
<b>CRONOGRAMA</b>	
Decorrer de todo ano letivo	
<b>AVALIAÇÃO</b>	
Constará no diário de classe	
<b>REFERÊNCIAS</b>	
<b>SEEDF. PROGRAMA SUPERAÇÃO. BRASÍLIA, 2023.</b>	

## REFERÊNCIAS

BRASIL. [Constituição(1988)]. **Constituição [da] República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm). Acesso em: 10 fev. 2023.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 13563, 16 jul. 1990. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm). Acesso em: 7 abr. 2023.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, p. 27833, 23 dez. 1996. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm). Acesso em: 15 de maio 2023.

BRASIL. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Lei Maria da Penha. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, [...]; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1. Brasília, DF, 8 ago. 2006. P. 1. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm). Acesso em: 20 nov. 2018

BRASIL. Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010. Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nos 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003. **Diário Oficial da União**: seção 1. Brasília, DF, p. 1, 21 jul. 2010. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/lei/112288.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112288.htm)

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 2, 7 jul. 2015. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm). Acesso em: 18 nov. 2018.

BRASIL. Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**: seção 1. Brasília, DF, p. 1, 17 fev. 2017. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/L13415.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13415.htm). Acesso em: 20 nov. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC/CONSED/UNDIME, 2018. Disponível em: [http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\\_EI\\_EF\\_110518\\_-versaofinal\\_site.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_-versaofinal_site.pdf). Acesso em: 15 de maio 2023.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. **Currículo em movimento do Distrito Federal**: Ensino Fundamental (Anos Iniciais – Anos Finais). 2. Ed. Brasília: SEEDF, 2018.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2009.

GUERRA, I. C. **Pesquisa qualitativa e análise de conteúdo**: sentidos e formas de uso. 2. Ed. Portugal: Principia, 2006. (Série Princípios). Disponível em: [www.abntcatalogo.com.br](http://www.abntcatalogo.com.br). Acesso em: 27 jan. 2017.